

2015



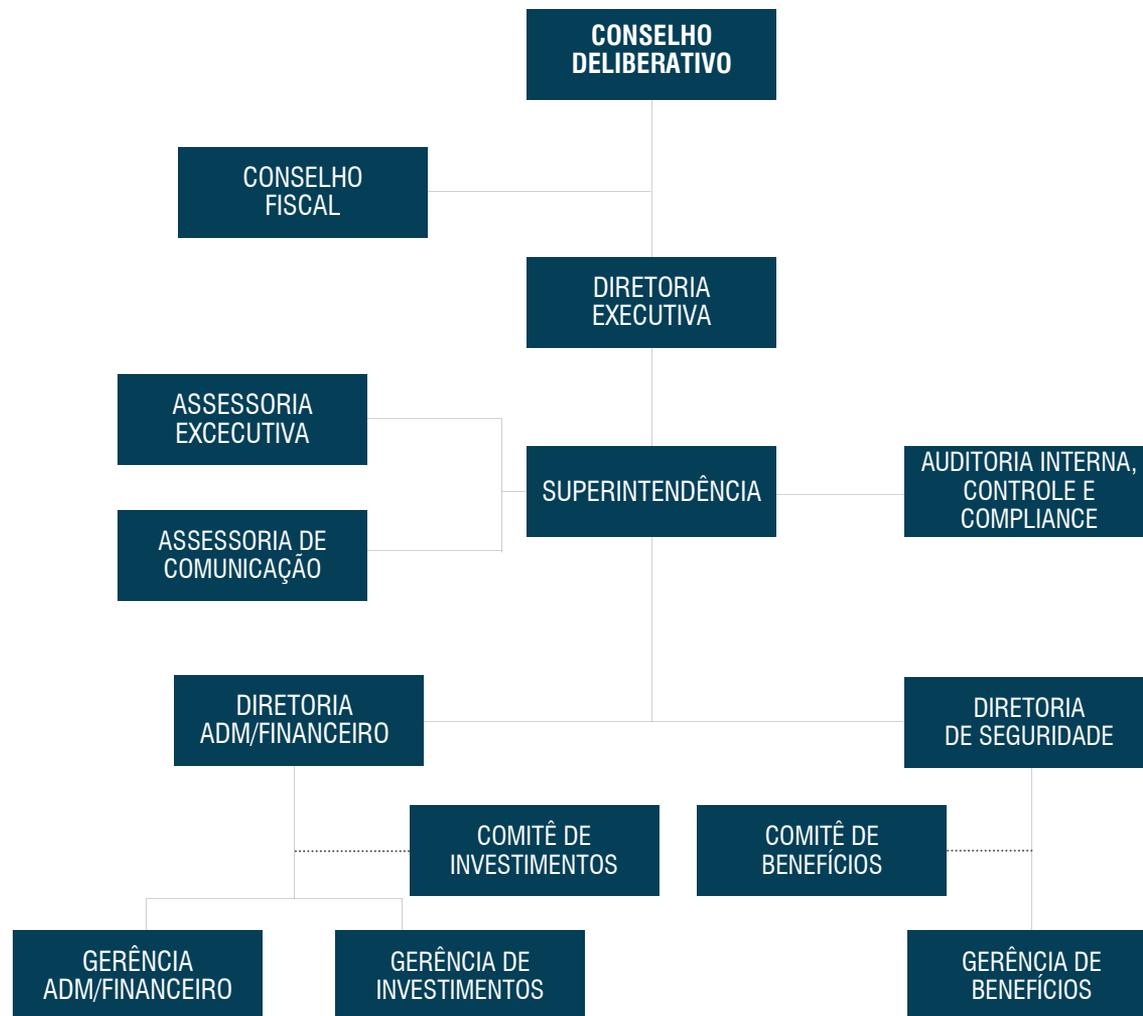
RELATÓRIO ANUAL

SUMÁRIO

Pg. 1	Apresentação
Pg. 3	Governança e Gestão Corporativa
Pg. 4	Sistema de Gestão e Controles Internos
Pg. 5	Gestão Previdenciária
Pg. 6	Plano CD
Pg. 15	Plano BD
Pg. 29	Gestão de Investimentos
Pg. 65	Gestão Administrativa
Pg. 68	Principais Realizações



GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA



SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

Em consonância com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos, a fundação implantou e mantém em sua estrutura, a área de Auditoria Interna, Controles e Compliance, cujo propósito principal é a avaliação dos processos internos, dos controles e gerenciamento dos riscos.

Em 2015, foram realizadas **treze ações de auditoria interna**, conforme previstas no Plano de Anual de Auditoria Interna - 2015, com um total de sete processos auditados.

O processo de avaliação dos controles observa, ainda, as boas práticas indicadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através dos Guias de Melhores Práticas em Fundos de Pensão.

A Auditoria Interna mantém um efetivo monitoramento das recomendações relatadas aos gestores por meio de registros, onde são acompanhadas, a qualquer tempo, as ações adotadas ou em andamento para regularização das deficiências apontadas ou para a implementação das melhorias sugeridas, bem como os prazos acordados.

Os assuntos apontados nos trabalhos realizados foram objetos de recomendações visando o aprimoramento dos processos internos, gestão de riscos e governança da FAELBA.



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



PLANO CD

Plano de Contribuição Definida (CD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES

QUADRO PARTICIPANTE - CD														
MÊS	PATROCINADOR	INSTITUTOS						SUB TOTAL	ASSISTIDOS				SUB TOTAL	TOTAL
		ATIVOS	AUTO PATROCINADO	BPD	PORTABILIDADE	CANCELADOS	DESLIGADOS		APOSENTADORIA	PECÚLIO	PART. C/ SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRIB.	FALECIDO AGUARDANDO PENSÃO		
Dezembro	Coelba	2.545	34	273	-	3	79	2.934	1.255	53	9	1	1.318	4.252
	Faelba	26	7	6	-	1	-	40	6	-	-	-	6	46
	Tracol	-	-	-	-	-	3	5	12	-	1	-	13	18
	Total	2.571	41	279	-	4	82	2.979	1.273	53	10	1	1.337	4.316

2. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO CD												
MÊS	APOSENTADORIA (*1)		BENEFÍCIOS POR DESLIGAMENTO		PECÚLIO		INVALIDEZ		PECÚLIO MORTE (PGTO ÚNICO)		QTDE. MÊS	TOTAL PAGO MÊS R\$
	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)		
Dezembro	1.080	3.654.123	211	594.310	21	35.997	2	34.760	1.314	4.319.190		
Total	22.507	43.578.420	2.595	7.005.142	268	640.698	15	654.873	25.385	51.837.662		



3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, não há imperativo atuarial de rentabilidade no âmbito desse Plano, ou seja, não há meta atuarial pré-estabelecida, tendo como índice de referência INPC + 4,5% ao ano.

A idade média dos Participantes Ativos é de 38 anos.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Não houve alteração do Regulamento neste exercício.

5. PERFIS DE INVESTIMENTO

MUDANÇA NA SISTEMÁTICA DA FORMA DE MOVIMENTAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA

A Faelba mudou a sistemática de alteração dos Perfis de Investimento. Para o prazo de movimentação dos Perfis, em dezembro de 2015, não foi mais disponibilizado o Termo Impresso (Formulário em Papel).

Para alteração dos Perfis de Investimento, todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários, vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Fael-flex) estiveram, automaticamente, habilitados à opção online, através da Internet, na área restrita do site da Faelba. Naquele período, a opção pelos Perfis foi realizada apenas pelo acesso ao site da Fundação.

A todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários do Plano CD, optantes do Perfil Diferenciado, foi dada, também, a alternativa de se manifestarem sobre a forma de movimentação da sua Reserva Matemática, isto é, estabelecendo como seriam as entradas/saídas de recursos a partir de janeiro de 2016. Essa alternativa possibilitou se a entrada das Contribuições Mensais (Participante e Patrocinador, somadas às Contribuições Esporádicas, para aqueles que fazem aportes voluntários) na Reserva Matemática se daria pelo Perfil Básico, apenas, ou pela proporção do Perfil Diferenciado.

Aos Assistidos e Beneficiários foi facultada a definição do pagamento de benefício e/ou saques a partir da retirada de recursos, somente, do Perfil Básico, ou de ambos os Perfis, obedecendo à proporcionalidade da opção no Perfil Diferenciado.

A todos foi assegurada a manutenção das escolhas originais, ou seja, obedecendo à proporcionalidade da modalidade do Perfil Diferenciado, caso não houvesse manifestação pelas mudanças propostas.



6. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

Pelas características do Plano CD – Faelflex, as hipóteses que merecem ponderação são as seguintes:

INDEXADOR DO PLANO

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários N°001 da FAELBA, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários N° 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que, ao longo exercício de 2015, obteve uma variação de 12,02%, para o Perfil Básico, e 12,98%, para o Perfil Conservador e variação negativa da cota de 8,83%, para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas.

ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, através da Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição dos sinistros (morte em atividade / entrada em invalidez total e permanente) ocorridos dos últimos 5 (cinco) anos, e, assim, a Rotatividade não é considerada na avaliação atuarial desse Plano.

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

A avaliação do Benefício por Morte de Participantes Ativo (análogo a um Pecúlio por Morte de Participante Ativo) está sendo feita com base em custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição de sinistros de morte em atividade ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), que, em 31/12/2015, alcançou o valor de R\$ 3.939.300,04.

TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

A avaliação do Benefício por Entrada em Invalidez (análogo a um Pecúlio por Entrada em Invalidez Total e Permanente) está sendo feita com base em custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição dos sinistros de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição do saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2015, alcançou o valor de R\$ 3.939.300,04.



TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE INVALIDEZ

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:

Instrumento de trabalho essencial para os fundos de pensão como a Faelba. É o que permite ao atuário avaliar a quantidade de anos a serem vividos pelas pessoas do grupo e, com essa informação, definir o montante de recursos necessário para pagar aposentadorias e pensões durante esse mesmo tempo.

TÁBUA DE INVÁLIDOS:

Uma tábua de invalidez mede as probabilidades relativas à invalidez dos seres humanos. Essa invalidez é caracterizada pela incapacidade de uma pessoa em exercer sua atividade profissional ou qualquer outro tipo de serviço que lhe garanta o sustento. A invalidez pode ser decorrente de acidente, de doença ou mesmo de envelhecimento.

7. IMPACTOS SOFRIDOS PELO PLANO

O impacto registrado pelo Plano CD no exercício de 2015 totalizou R\$ 10.945.674,00, resultantes de 82 Resgastes, no valor global de R\$ 10.290.801,00, e do pagamento de 15 pecúlios por morte, no montante de R\$ 654.873,00.



8. PARECER ATUARIAL

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELBA, resultou no custo total de 14,61%, conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS (*1)	11,10%	12,10%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*2)	0,51%	0,51%
RESGATES	-	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-	-
SUB-TOTAL (1)	11,61%	12,61%
SUPLEMENTAR	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO (*3)	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL (2)	2,00%	2,00%
TOTA (1) + (2)	13,61%	14,61%

**1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.*

**2: Custeado pelo Patrocinador através do Regime de Repartição Simples, avaliado anualmente no encerramento de cada exercício através da Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco superior ao valor mínimo atuarialmente calculado.*

**3: Custeado através de contribuição, mantida em 2,00%, de responsabilidade patronal, existindo a possibilidade de se destinar, sempre que necessário, uma parcela dos retornos dos investimentos para o custeio administrativo do Plano, bem como dos recursos acumulados no Fundo Administrativo, em consonância com o orçamento elaborado no Programa de Gestão Administrativa (PGA). Para pagamento da Taxa de Custeio Administrativo dos participantes que se desligaram do patrocinador com e sem carência cumprida para requerimento de benefício pleno, benefício antecipado, ou benefício por desligamento, estando com suas reservas na FAELBA e ainda não solicitaram benefício, será cobrado o valor correspondente a taxa de custeio administrativo de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento do Plano.*

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 38 anos.

2. O custo total reavaliado de 14,61% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários N° 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,50%	6,05%
Contribuição Normal do Patrocinador *1	8,11%	8,56%
Sub-Total	13,61%	14,61%
Custo Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadores + Partic. Ativos):	13,61%	14,61%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

**1 Inclui as contribuições, que são de total responsabilidade patronal, destinadas ao custeio administrativo e ao custeio dos Benefícios de Risco.*



8.1 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

1. As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2014	31/12/2015	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	384.296.464,23	466.613.770,53	21,42%
Provisão de Benefícios a Conceder (*1)	581.398.405,41	542.441.143,66	-6,70%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	965.694.869,64	1.009.054.914,19	4,50%

(valores em R\$)

(*1) Não inclui o Saldo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 3.939.300,04 existente ao final de 2015, o qual, pelo ajuste no Plano de Contas ocorrido em 2011, deixou de ser registrado na Provisão de Benefícios a Conceder e passou a ser registrado como Fundo Atuarial (fora do Patrimônio de Cobertura do Plano) e considera o valor do Saldo relativo à valorização das cotas ainda não incorporada aos saldos anteriores de R\$ (3.829.221,70).

8.2 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos estão sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples, com base na Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, tendo se mostrado suficiente para custear tais Benefícios, conforme demonstra a existência de um saldo de R\$ 3.939.300,04 no referido Fundo ao final de 2015, superando assim o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo a ser mantido nesse Fundo, reavaliado em 31/12/2015, em R\$ 2.027.407,77, pelo qual poderá ser analisada ao longo do exercício de 2016, a respectiva destinação desses excedentes, tomando por base o estabelecido no regulamento do Plano e na legislação vigente.



3) O Plano de Custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, é o seguinte:

a) Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante:

- R% de A% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1); e
- R% de B% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1).

onde: R% está definido no Regulamento do Plano; e

A% é igual a 2% e B% é igual a 9%

(*1): Unidade Salarial da FAELBA é igual a R\$ 3.067,66 (a preços de dezembro de 2015).

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

b) Contribuição (Normal) Voluntária, Mensal ou Esporádica, do Participante: valor livremente fixado pelo Participante, feita com o objetivo de destinar mais recursos contributivos para a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

c) Contribuição Normal Básica Mensal do Patrocinador: de valor correspondente a 100% da Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante.

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador.

d) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para dar cobertura aos Benefícios de Risco: de valor igual a C% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo C% mantida em 0,51% para o exercício de 2016.

e) Contribuição Normal do Patrocinador para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual a D% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo D% igual a 2,00%, para o exercício de 2016.

f) Contribuição Normal dos Assistidos para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual ao que vier a ser fixado pelo Conselho Deliberativo da FAELBA, estando atualmente prevista a sua cobrança.



4) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que ao longo exercício de 2015 obteve uma variação de 12,02% para o Perfil Básico e 12,98% para o Perfil Conservador e variação negativa da cota de 8,83% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas.

8.3 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Os dados cadastrais enviados pela FAELBA foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta D.A..

8.4 VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA ser basicamente do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, mas tão somente saldo no Fundo Coletivo do Benefício de Risco.

8.5 ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Pecúlio, por Morte em Atividade ou por Entrada em Invalidez, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples, com base em custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição dos sinistros de morte em atividade e de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder) que, em 31/12/2015, alcançou o valor de R\$ 3.939.300,04, sendo que, em 31/12/2014, esse saldo era de R\$ 3.975.648,24. (Deve-se destacar que tal saldo de R\$ 3.939.300,04 em 31/12/2015, supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 2.027.407,77). Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2016

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

PLANO BD

Plano de Benefício Definido (BD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES

QUADRO DE PARTICIPANTES - PLANO BD										
MÊS	PARTICIPANTES				ASSISTIDOS					TOTAL GERAL
	ATIVOS	FALECIDO AGUARDANDO PENSÃO	PENSÕES	SUB TOTAL	APOSENTADORIAS					
					TEMPO DE SERVIÇO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	SUB TOTAL	
Dezembro	6	13	253	272	509	9	100	107	725	997

2. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO BD												
MÊS	APOSENTADORIAS								PENSÃO		QTDE. MÊS	TOTALPAGO MÊS (R\$)
	ESPECIAL		INVALIDEZ		T. SERVIÇO		IDADE		PENSÃO			
	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)		
Dezembro	97	190.946	106	170.243	501	1.367.173	9	20.187	249	297.025	962	2.045.574
Total	1.191	2.212.618	1.278	1.919.280	6.079	15.495.165	108	225.873	2.949	3.307.698	11.605	23.160.634



3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Este Plano está fechado a novas adesões de Participantes desde 30/09/1998 e saldado para novas contribuições desde 31/12/2010.

NOTA: A idade média dos Participantes Ativos é de 59 anos.

Face à situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução total das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

4. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO

O Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 foi excluído o item 41.02 para incluir a Seção XXII e 11 (onze) novos artigos, específica Da Reserva Especial, atendendo assim, a determinação da PREVIC sobre o pagamento de Benefício Temporário aos Participantes e Assistidos e a contrapartida do Patrocinador com a Reversão do respectivo Fundo.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

HIPÓTESE: TAXA REAL ANUAL DE JUROS

4,10% ao ano

Ao longo de 2015, a rentabilidade real obtida foi de 6,70% ao ano, superando a meta atuarial real de rentabilidade de 4,10% ao ano, esperada para o exercício de 2015.

HIPÓTESE: PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (ANUAL)

Ao longo de 2015, o Salário Real de Contribuição cresceu em relação ao INPC do IBGE, em termos reais, em 0,00%, tendo sido projetado para o ano de 2015, com aval do Patrocinador, um crescimento real de 1,42% ao ano.

O valor esperado para o exercício seguinte está sendo alterado para 2,43% ao ano (em média), tendo em vista os resultados obtidos através do JM/2257/2015, correspondente integralmente à componente de mérito pessoal estudada.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.



HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

A inflação de 2015, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, ficou próxima de 10,97% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado para o exercício, com conservadorismo, de 0% ao ano.

HIPÓTESE: ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 30/09/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média bastante próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do Autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício. Nesse contexto adotou-se Rotatividade Nula, o que representa uma hipótese mais conservadora para o Plano.

TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE INVALIDEZ

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:

Instrumento de trabalho essencial para os fundos de pensão como a Faelba. É o que permite ao atuário avaliar a quantidade de anos a serem vividos pelas pessoas do grupo e, com essa informação, definir o montante de recursos necessário para pagar aposentadorias e pensões durante esse mesmo tempo.

Atualmente a Faelba adota a tábua AT – 2000 (suavizada em 15%), em atendimento à Resolução MPS nº 09/2012 de 29/11/2012 (D.O.U de 23/01/2013), considerando o aumento da expectativa de vida.

AT – São as iniciais de Annuity Table, tábua que demonstra risco de morte para determinada população.

2000 – é o ano e, que foram levantados os dados populacionais para o cálculo.

TÁBUA DE INVÁLIDOS:

Uma tábua de invalidez mede as probabilidades relativas à invalidez dos seres humanos. Essa invalidez é caracterizada pela incapacidade de uma pessoa em exercer sua atividade profissional ou qualquer outro tipo de serviço que lhe garanta o sustento. A invalidez pode ser decorrente de acidente, de doença ou mesmo de envelhecimento.



HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Foram apresentados através do JM/1406/2015, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, que nos levaram à conclusão de que há necessidade para adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%”, considerando que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%” não apresenta mais aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, sendo necessária a sua substituição.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, conforme consta no JM/1406/2015, indicamos manutenção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “qxi = qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-2000 (masculina), só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como por seus respectivos resultados demonstrarem plena aderência a mortalidade de inválidos do Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Foi apresentado através do JM/1418/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indicou a manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), considerando que é realizado o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez da atual massa de 6 Participantes Ativos do Plano BD da Faelba para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

HIPÓTESE: COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

É adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, na qual a última revisão foi realizada ao longo do exercício de 2015, tomando por base o cadastro da Faelba, cujos resultados foram apresentados através do JM/2266/2015.

A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com os dados cadastrais apresentados pela FAELBA, sendo que o esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado.

HIPÓTESE: INDEXADOR DO PLANO

O indexador do Plano é o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador de reajustes dos benefícios de prestação continuada estabelecido no Regulamento do Plano e na projeção de que a política de reajuste salarial toma também por base esse mesmo Indexador.



O índice de 10,97%, corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2014 a novembro/2015, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

HIPÓTESE: ENTRADA EM APOSENTADORIA

No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores demonstrando que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

6. ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA REAL DE JUROS ATUARIAL

A Faelba contratou assessoria econômica financeira para realização de Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 do Plano, nos termos estabelecidos pela Instrução Previc nº 23/2015, utilizando como base o Fluxo de Receitas e Despesas Previdenciárias feito pela Consultoria Financeira de forma estocástica, com o objetivo de auxiliar na definição da estratégia de investimento dos recursos da Entidade e verificar a convergência e aderência do retorno real dos investimentos do Plano.

O estudo apresentou a estimativa do comportamento das principais variáveis econômicas no período projetado, visando embasar o estabelecimento de estratégias de investimento que permitam a redução dos riscos envolvidos, bem como a maximização dos retornos esperados.

Tais estudos atualmente estão subsidiando a política de investimentos da Faelba e consubstanciaram a decisão do Conselho Deliberativo pela manutenção da Taxa Real de Juros de 4,10% ao ano para fins da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, considerando que, como evidenciado, essa Taxa Real de Juros do Plano BD da Faelba se mostra compatível e aderente às projeções de rentabilidade real estimadas para os investimentos desse Plano para todo o horizonte de vida do Plano, levando em consideração que tal taxa real de juros atende ao limite máximo determinado na Duração do Passivo calculada em 9,7 anos por meio de planilha eletrônica, divulgada na página da PREVIC, com base na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015

Com base nos estudos atuariais e no estudo de adequação e aderência de taxa real de juros, que demonstrou que a rentabilidade obtida pelas aplicações realizadas pela FAELBA cumprirá a premissa estabelecida e, em consonância com as Resoluções CGPC nº 18/2006 e CGPC nº 26/2008, bem como a SBR - Supervisão Baseada em Riscos da PREVIC, foi mantida a Taxa Real de Juros de 4,10% ao ano.



7. SUPERÁVIT

(1) Superávit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015 pela meta atuarial de rentabilidade	R\$ 102.034.429,42 *1
(2) Adoção de novas hipóteses atuariais	R\$ (6.744.326,35)
(3) Ganho Atuarial decorrente de se ter obtido rentabilidade acima da meta atuarial	R\$ 10.119.191,01 *2
(4) Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (15.696.597,13)
SUBTOTAL: (1) + (2) + (3) + (4)	R\$ 89.712.696,95
(5) Outros Resultados Líquidos de Origens Diversas e Pulverizadas	R\$ (11.753.874,52) *3
(6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)	R\$ 77.958.822,43

(*1): $R\$ 88.326.378,61 \times 1,1552 = R\$ 102.034.429,42$.

(*2): R\$ Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano efetivamente calculado em 31/12/2015, antes de serem realizadas as reversões para Fundos de Destinação de Resultado, e o Patrimônio de Cobertura do Plano projetado para 31/12/2015 pela Meta Atuarial de Rentabilidade.

(*3): Equivale a 3,18% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 369.395.645,07 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origens diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, inclusive sobre a hipótese de Crescimento Real de Salário.

7.1 NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2015, está sendo realizada a destinação parcial voluntária do valor apurado a título de reserva especial para revisão de plano acumulado no exercício de 2015, sendo a efetivação iniciada durante o exercício de 2016, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,10% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 9,45 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.



Com base nos resultados apresentados acima e, em atendimento à Resolução CGPC nº 26, as Demonstrações Atuariais são enviadas para análise do Conselho Fiscal e após aprovação é recomendado para apreciação e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

ERRATA - SETEMBRO/2016

Onde se lê:

Após o encerramento do exercício, e com base no estudo atuarial, foi apurado um superávit técnico resultando na Reserva Especial para Revisão do Plano. Conforme estabelecido nos itens 51 e 61 do Regulamento do Plano, a título de benefício temporário, foi pago, aos Assistidos do Plano BD, o valor igual a 4,0 Benefícios (valor-base de dezembro de 2015), como forma de destinação da Reserva Especial do Plano, com contrapartida para os Participantes e para o Patrocinador.

Leia-se:

Após o encerramento do exercício, e com base no estudo atuarial, foi apurado um superávit técnico resultando na Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/2015. Aos Assistidos do Plano BD, a título de benefício temporário, está previsto o pagamento equivalente a 4,0 Benefícios (valor-base de dezembro de 2015), como forma de destinação da Reserva Especial do Plano, com contrapartida para os Participantes e para o Patrocinador, condicionado à aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 08/03/2016.

7.2 INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas, desde 31/12/2010.



8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

- 1) Face a situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução total das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

NOTA: A idade média dos participantes ativos é de 59 anos.

- 2) Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

- 1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

REFERÊNCIA	31/12/2014	31/12/2015	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	330.686.674,00	363.242.921,89	9,85%
Provisão de Benefícios a Conceder	5.149.328,68	6.152.723,18	19,49%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	335.836.002,68	369.395.645,07	9,99%

(valores em R\$)



PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de participantes, face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 15%, da adoção do Crescimento Real de Salário de 2,43% ao ano da adoção do novo $H_x^{(12)}$, apresentou, antes da destinação voluntária parcial no total de R\$ 15.696.597,13 da Reserva para Revisão de Plano apurada na posição de 31/12/2015, parcela esta excedente a Reserva de Contingência calculada em 19,45% das Provisões Matemáticas, tomando por base os termos estabelecidos pela Resolução CGPC n 26/2008, bem como sua respectiva Instrução Previc n 26/2016, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 93.655.419,56, equivalente a 25,35% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 369.395.645,07. Sendo então apurado, após a destinação voluntária parcial no total de R\$ 15.696.597,13 da Reserva para Revisão de Plano calculada na posição de 31/12/2015, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 77.958.822,43, equivalente a 21,10% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 369.395.645,07.
- 2) O Superávit Técnico Acumulado de R\$ 77.958.822,43, contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 71.847.452,97, que representa 19,45% das Provisões Matemáticas, obedecendo o valor mínimo entre o limite de 25% ou o equivalente a seguinte expressão: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 9,45 anos})]$ vezes as Provisões Matemáticas, bem como contabilizado como Reserva Especial para Revisão de Plano de R\$ 6.111.369,46, foi calculado com base no Patrimônio de Cobertura do Plano de R\$ 447.354.467,50, após realizada a destinação do montante de R\$ 15.696.597,13 da Reserva Especial para Revisão de Plano apurada com base nos resultados da reavaliação atuarial de 31/12/2015, distribuídos à razão de aproximadamente 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para o patrocinador, considerando a metodologia determinada unilateralmente pela PREVIC à FAELBA para apurar a proporcionalidade contributiva a ser observada na destinação da reserva especial para revisão de plano, conforme apresentado nos documentos JM/2415/2014 de 05/09/2014 e JM/3043/2014 de 04/11/2014, em resposta ao Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, que trata sobre “Destinação de Reserva Especial do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002, CNPB nº 1974.0005-83, com reversão de valores ao patrocinador”, conforme segue: R\$ 8.287.808,10 para os assistidos, para pagamento de benefício temporário, de valor igual a 4 Benefícios (valor-base de dezembro de 2015), após aprovação pelo Patrocinador; R\$ 99.515,38 destinados aos ativos, inclusive autopatrocinados e optantes pelo BPD, para pagamento de 4 benefícios, por ocasião da concessão da complementação de aposentadoria; e R\$ 7.309.273,65 destinados ao patrocinador Coelba, a título de reversão de contribuições, em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, a contar do mês seguinte à aprovação pela Previc, em conformidade com o Regulamento do Plano.

A abertura do valor destinado de R\$ 15.696.597,13, na proporção de aproximadamente 53,434024% para os Participantes e Assistidos e de 46,565976% para o Patrocinador, se apresenta da seguinte forma:



Abertura da destinação com base na proporção de Contribuições Normais apuradas no Plano de Custeio.

RECEBEDOR	VALOR
Participantes	R\$ 99.515,38
Assistidos	R\$ 8.287.808,10
Patrocinadora Coelba	R\$ 7.309.273,65
Total	R\$ 15.696.597,13

Fonte: valores informados pela Faelba em relação ao Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 da FAELBA.

Sendo esses valores, revertidos para os Fundos Previdenciais constantes na “Letra f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:” desta Demonstração Atuarial, conforme estabelecido no JM/2416/2014 de 05/09/2014, contendo a NOTA TÉCNICA ATUARIAL, relativa ao Plano de Benefícios Previdenciários BD Nº 02 da FAELBA (CNPB: 1974.0005-83), incluindo as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

NOTA: Paralelamente a destinação realizada no exercício de 2015, os totais apresentados na “Subseção f)”, contemplam reversões de valores anteriormente contabilizados na “Subseção e)”, considerando as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

- 3) Destacamos ainda que, para destinação de R\$ 15.696.597,13, na proporção de aproximadamente 53,434024% para os Participantes e Assistidos e de 46,565976% para o Patrocinador, foram utilizados os princípios apresentados pela legislação vigente, incluindo a nova norma CNPC, Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, com destaque para os seguintes parâmetros:



- a) utilização da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (dez por cento), sendo adotada nesta avaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2015 a Tábua AT-2000 Suavizada em 15% (quinze por cento), observado o disposto nos subitens 2.1 e 4.8 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 2006, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial;
- b) utilização da taxa real de juros de 4,10% ao ano, observando o limite máximo correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, reduzida em ao menos um ponto percentual, teto este correspondente ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial, destacado abaixo:

TAXA DE JUROS	TAXA MÍNIMA	TAXA ADOTADA NA AVALIAÇÃO	TAXA LIMITE (*1)	TAXA PARÂMETRO	TAXA MÁXIMA (*2)
Valor (% a.a.)	3,66%	4,10%	4,63%	5,23%	5,63%

(*1) Taxa de juros correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, reduzida em um ponto percentual, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008; e

(*2) Taxa de juros correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, considerando a duração do passivo calculada em 9,8, com base na Resolução CGPC nº 18/2006 e Portaria PREVIC nº 197/2015 de 14/04/2015.

- c) anteriormente à destinação, foi observado que caso o valor do ajuste de precificação, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na nesta avaliação atuarial de 4,10% ao ano, e o valor contábil desses títulos, fosse negativo, seria deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, sendo o valor desse ajuste de precificação igual a R\$ 50.468.796,49 em 31/12/2015.
- 4) Os principais fatores que influenciaram para aumento ou redução significativa dos compromissos atuariais na avaliação atuarial, são os seguintes:

Adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 desagravada em 15% (+ R\$ 6 milhões no valor das Provisões Matemáticas);

Adoção do Crescimento Real de Salário de 2,43% ao ano (+ R\$ 0,3 milhões no valor das Provisões Matemáticas); e

Adoção do Novo $H_x^{(12)}$ (+ R\$ 0,4 milhões no valor das Provisões Matemáticas);



5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%”;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%”;
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA);
- Rotatividade: Considerada Nula;
- Taxa real de juros/desconto: 4,10% ao ano;
- Projeção de Crescimento Real de Salários: 2,43% ao ano;
- Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição;
- Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada uma Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, revisada periodicamente;
- Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 100% (que é compatível, inclusive, com uma inflação anual média nula ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano); e
- Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições, previstas no Regulamento do Plano Previdenciário de Benefício Definido nº 002, para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução. Caso não cumpra as condições em sua integridade poderá receber o seu benefício com reduções, prevista no já mencionado Regulamento.

6) Para o exercício de 2016, está sendo mantida, face à situação atuarial do Plano, em conformidade com a legislação aplicável, a não cobrança de contribuição dos participantes (inclusive os assistidos) e do Patrocinador para o custeio dos benefícios. O custeio das despesas administrativas de responsabilidade do Patrocinador, será feito com base no Fundo Administrativo, sendo que, quando da reversão do FUNDO COELBA em favor do Patrocinador COELBA, na forma permitida pela legislação aplicável, 15% das reversões efetivamente realizadas ocorrerão na forma de transferência para o Fundo Administrativo.

7) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2015, foi de 18,41%, contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 15,52% o que, em termos reais, representou obter 6,70% contra uma expectativa atuarial de 4,10% ao ano em vigor durante o exercício de 2015, adotando-se o INPC do IBGE, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do Plano.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão de Plano, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas nesta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-reclusão, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FAELBA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, o qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta D.A..

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

(1) Superávit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015 pela meta atuarial de rentabilidade	R\$ 102.034.429,42 *1
(2) Adoção de novas hipóteses atuariais	R\$ (6.744.326,35)
(3) Ganho Atuarial decorrente de se ter obtido rentabilidade acima da meta atuarial	R\$ 10.119.191,01 *2
(4) Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (15.696.597,13)
SUBTOTAL: (1) + (2) + (3) + (4)	R\$ 89.712.696,95
(5) Outros Resultados Líquidos de Origens Diversas e Pulverizadas	R\$ (11.753.874,52) *3
(6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)	R\$ 77.958.822,43

(*1): $R\$ 88.326.378,61 \times 1,1552 = R\$ 102.034.429,42$.

(*2): R\$ Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano efetivamente calculado em 31/12/2015, antes de serem realizadas as reversões para Fundos de Destinação de Resultado, e o Patrimônio de Cobertura do Plano projetado para 31/12/2015 pela Meta Atuarial de Rentabilidade.

(*3): Equivale a 3,18% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 369.395.645,07 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origens diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, inclusive sobre a hipótese de Crescimento Real de Salário.



NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

Considerando que, neste exercício de 2015, está sendo realizada a destinação parcial voluntária do valor apurado a título de reserva especial para revisão de plano acumulado no exercício de 2015, sendo a efetivação iniciada durante o exercício de 2016, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,10% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 9,45 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, no que se refere ao Benefício de Auxílio-reclusão, o mesmo está avaliado em conjunto com o Benefício de Pensão por Morte.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2016

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

**GESTÃO DE
INVESTIMENTOS**





1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

O ano de 2015 superou as expectativas do mais pessimista dos analistas do mercado financeiro. Foi um ano marcado pelas incertezas tanto do ambiente interno quanto externo. O fator político ganhou peso internamente e trouxe volatilidade aos mercados, além disso, lá fora a decisão do FED em aumentar a taxa de juros americana era aguardada com muita ansiedade pelos mercados e a China, cada vez mais, dando sinais de que velocidade do seu crescimento seria menor.

No front externo, a Grécia continuou incomodando, as preocupações com a desaceleração da economia Chinesa e a queda dos preços das principais commodities seguiram preocupando os investidores e analistas. Porém, o principal tema do cenário internacional e que começou ser discutido já em fevereiro tinha relação com os EUA. A preocupação com a forma e em que tempo seria elevada a taxa básica de juro americana sem que isso prejudicasse a economia global, principalmente as emergentes.

Os sinais de recuperação da economia norte americana ainda eram divergentes, o mercado de trabalho aquecido e a inflação deprimida, traziam cautela para o posicionamento do FED (Banco Central dos EUA). A queda do preço das commodities, principalmente, o petróleo, melhorou a renda dos americanos, porém, ao invés, de priorizar o consumo estes priorizaram a poupança, mantendo a inflação distante da meta estabelecida. O discurso do FOMC (Comitê de Política Monetária dos EUA) era sempre cauteloso, a preocupação com os impactos ao realizar um movimento de redução de liquidez e o dólar ganhando cada vez mais força frente as moedas emergentes, postergavam a decisão. No entanto, em dezembro, após várias sinalizações, o FOMC elevou a taxa básica de juro em 25 bps, ficando entre 0,25% e 0,50% ao ano.

No início do ano, os analista já previam o arrefecimento da economia chinesa. O crescimento de 7,4% em 2014 foi revisado e corrigido para entre 6,5% e 7%. O ritmo mais baixo do que o esperado nos investimentos, nas vendas no varejo, na produção industrial e na concessão de empréstimos, associado ao baixo nível da inflação, levaram o governo chinês a tomar algumas medidas de estímulo à economia. No entanto, o mês de agosto foi o mais turbulento, com a forte saída de capital estrangeiro da bolsa de valores chinesa que apresentou uma queda de mais de 8% no mês. Para conter esse movimento, o governo implementou algumas medidas para manter o patamar da bolsa, como compra de ações pelo governo e estabelecimento de prazo para a venda de grandes posições em ações.

Na Europa, o ano começou ainda com preocupações sobre a Grécia e o Banco Central Europeu expandindo seu programa de recompra de títulos. Na Grécia, o governo conseguiu negociar com os credores a postergação do programa de ajuda prometendo a manutenção das medidas de austeridade e reformas estruturais. O baixo patamar de inflação fez com que o Banco Central Europeu (BCE) ajustasse suas medidas de estímulos. O BCE reduziu a taxa de depósito e preservou as demais taxas de juros nos seus respectivos mínimos históricos.



No Brasil, a queda do PIB foi de -3,90%, o pior resultado desde 1990, segundo o IBGE. A fraqueza da economia em 2015 refletiu a retração em quase todos os setores da economia, com destaque para Formação Bruta de Capital Fixo (investimento em bens de capital), com queda de 14,1%. Além disso, houve quedas significativas na Indústria (6,2%) e nos serviços (2,7%). Sendo a agropecuária, o único setor a registrar crescimento no período com crescimento de 1,8%.

O ano foi marcado por muitos eventos turbulentos seja no campo econômico seja no campo político. Porém, os eventos políticos ganharam mais destaque. O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, iniciou com a troca do Ministro da Fazenda Guido Mantega por Joaquim Levy, uma pessoa de mercado, para tentar resgatar a confiança na economia nacional e implementar medidas de ajustes para equilibrar as contas do governo.

A Operação Lava-Jato e um possível impeachment da atual presidente foram os destaques políticos. Pelo lado da Operação Lava-Jato, as fases que foram desencadeadas durante o ano trouxeram nomes de pessoas influentes tanto no cenário político quanto empresarial. As investigações realizadas buscaram o pagamento em dinheiro ou por benesses a políticos como meio para realização de serviços ao governo. Este noticiário interferiu bastante no mercado financeiro, deslocando o foco dos fundamentos econômicos para o político e policial. Do outro lado, a possibilidade de abertura de um processo de impeachment contra a presidente passou a ganhar força nas discussões políticas dentro do Congresso Nacional.

No mercado de trabalho, o ano foi marcado pelo aumento do desemprego com a taxa de desemprego média das seis maiores regiões metropolitanas ao redor de 6,9%. A renda do trabalhador também refletiu o momento de baixa atividade econômica e inflação alta com queda de 3,7% em relação a 2014.

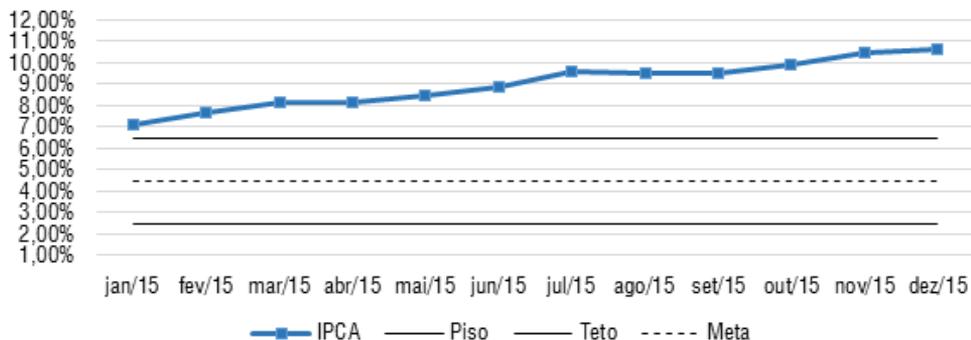
A inflação que já havia ultrapassado o teto da meta em 2014 aumentou a distância para o teto em 2015 encerrando o ano com dois dígitos. No final de 2015, o IPCA encerrou com alta de 10,67%. Os preços administrados foi o principal fator de pressão na inflação. Devido a crise hídrica e, consequentemente, energética, o governo com intuito de evitar o racionamento ligou as usinas termoeletricas que possuem maior custo de geração, porém como o país também está em uma crise fiscal, em janeiro foram criadas bandeiras tarifárias nas contas de energia para ajudar na manutenção das termoeletricas. Assim, enquanto as usinas termoeletricas estiverem operando os consumidores iriam pagar a bandeira vermelha, com um acréscimo de um valor sobre o total da conta. Com o tempo, havendo a melhora dos níveis dos reservatórios das hidroelétricas e o desligamento de algumas usinas termoeletricas a bandeira passaria da vermelha até chegar a verde, onde o valor acrescido na conta seria menor. Em média a conta de luz subiu 51% no país.



Contribuíram também para uma inflação mais alta, o preço da tarifa de ônibus urbano (15,06%), a taxa de água e esgoto (14,75%), a gasolina (20,1%) e o etanol (29,63%).

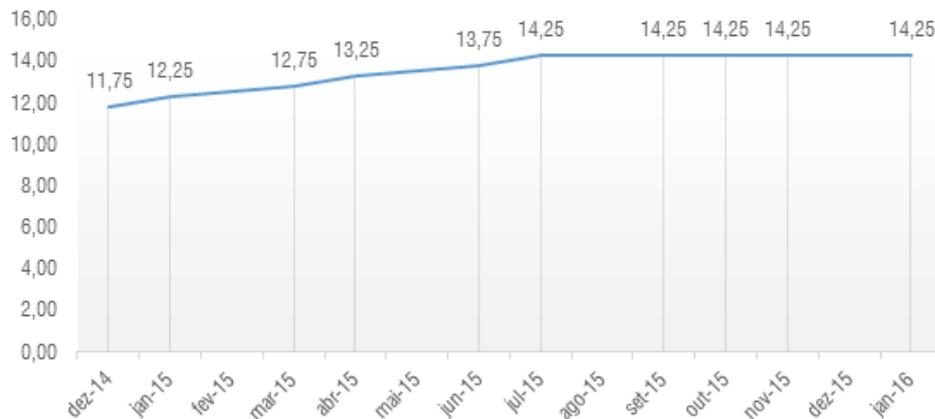
Além destes fatores, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu pela elevação da taxa de juros (Selic) em todas as suas reuniões até outubro. A taxa iniciou o ano em 11,75% e terminou 2015 em 14,25%, a taxa mais alta dos últimos 9 anos.

Evolução da Inflação - IPCA - 12 meses



Fonte: Quantum Axis

META SELIC (% A.A.)



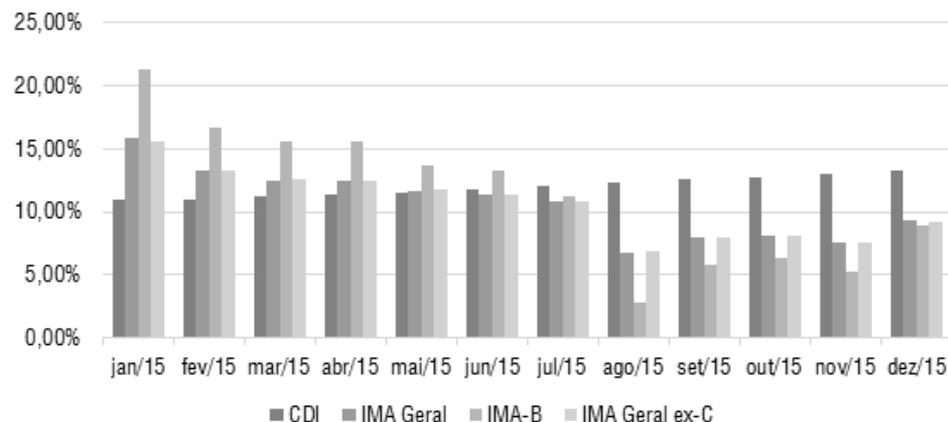
Fonte: BACEN



Para os investimentos em renda fixa, em sua maior parte, a atitude do BACEN (Banco Central do Brasil) acabou provocando a abertura das taxas de juros no curto e longo prazo. No entanto, apesar de toda volatilidade enfrentada, a renda fixa apresentou desempenho positivo no ano, principalmente, os fundos indexados à inflação e ao CDI.

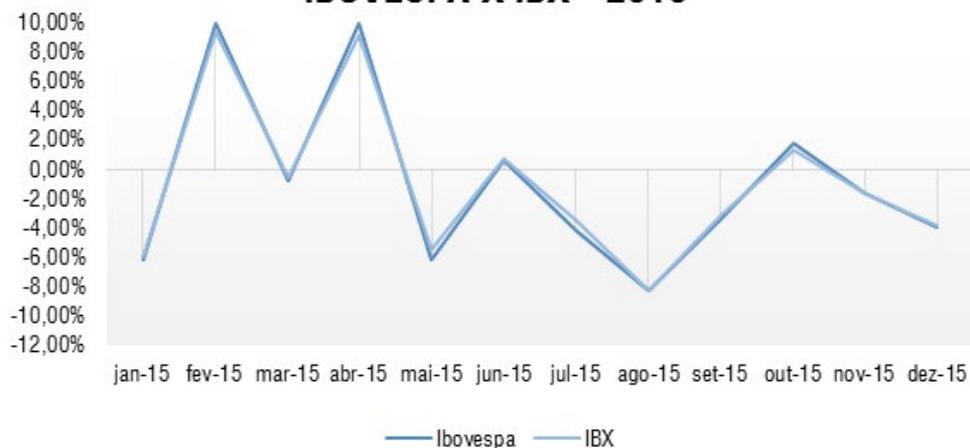
A bolsa de valores teve um ano muito volátil marcado pela instabilidade política, atividade econômica fraca, economia global com incertezas e aumento de liquidez, dólar em nível elevado e preço das commodities em queda. As empresas exportadoras foram destaque positivo devido ao câmbio beneficiar as exportações. Por outro lado, as empresas com algum tipo de vínculo com o governo e exportadora de commodities sofreram bastante com a volatilidade. O Ibovespa encerrou o ano com queda de 13,31% e o IBX com queda de 12,41%.

RETORNO - 12 MESES



Fonte: Quantum Axis

IBOVESPA X IBX - 2015



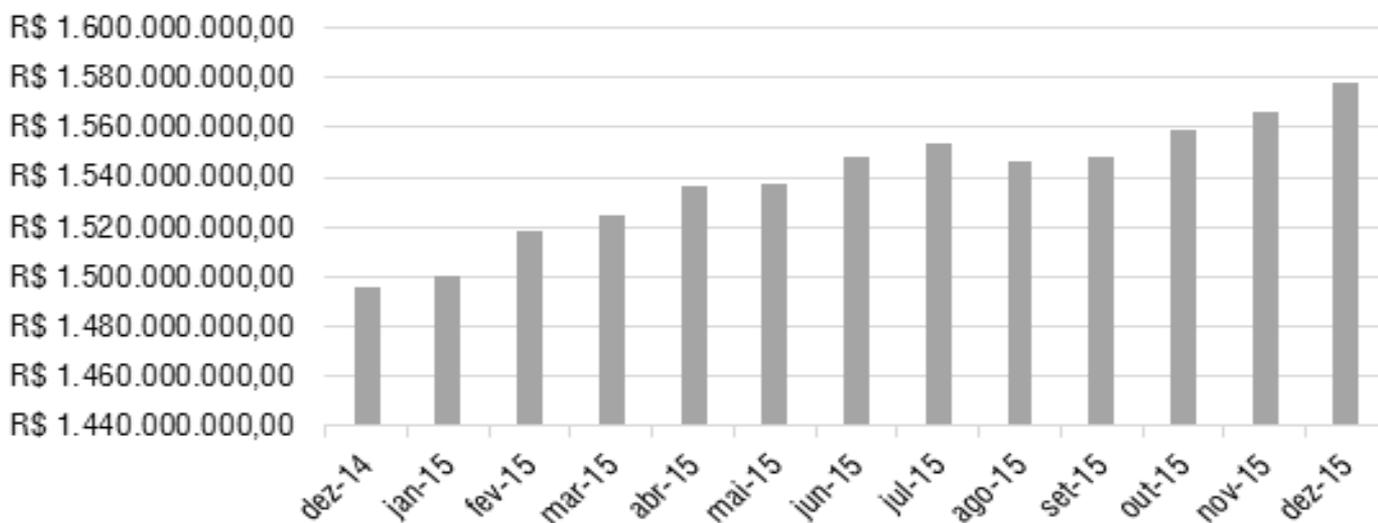
Fonte: Quantum Axis



2. PATRIMÔNIO GERAL

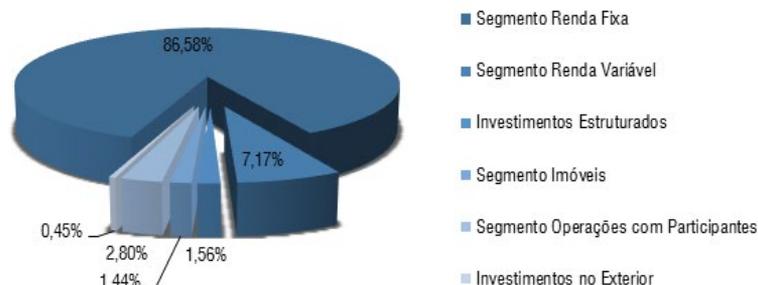
O patrimônio da FAELBA apresentou um crescimento de 5,48% no ano de 2015 fechando dezembro com R\$ 1.577.931.417,61.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL 2015 - FAELBA



2.1. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

FAELBA - PATRIMÔNIO SOB GESTÃO



Do total do patrimônio, 86,58% findaram o ano alocado em renda fixa refletindo em sua maioria a opção de perfil feita pelo participante ao longo do ano. Já na renda variável o montante alocado representa 7,17% do total do patrimônio. As operações com participantes tiveram representatividade de 2,80% do total do patrimônio. O segmento de investimentos estruturados representa 1,56% do total, no ano além da rentabilidade obtida houve incremento das alocações nos fundos de multimercados estruturados. Os imóveis representaram parcela 1,44% frente ao patrimônio total. Por fim aparecem os investimentos no exterior, com 0,45% do patrimônio.

3. RENTABILIDADE ANUAL E PATRIMÔNIO POR PLANO

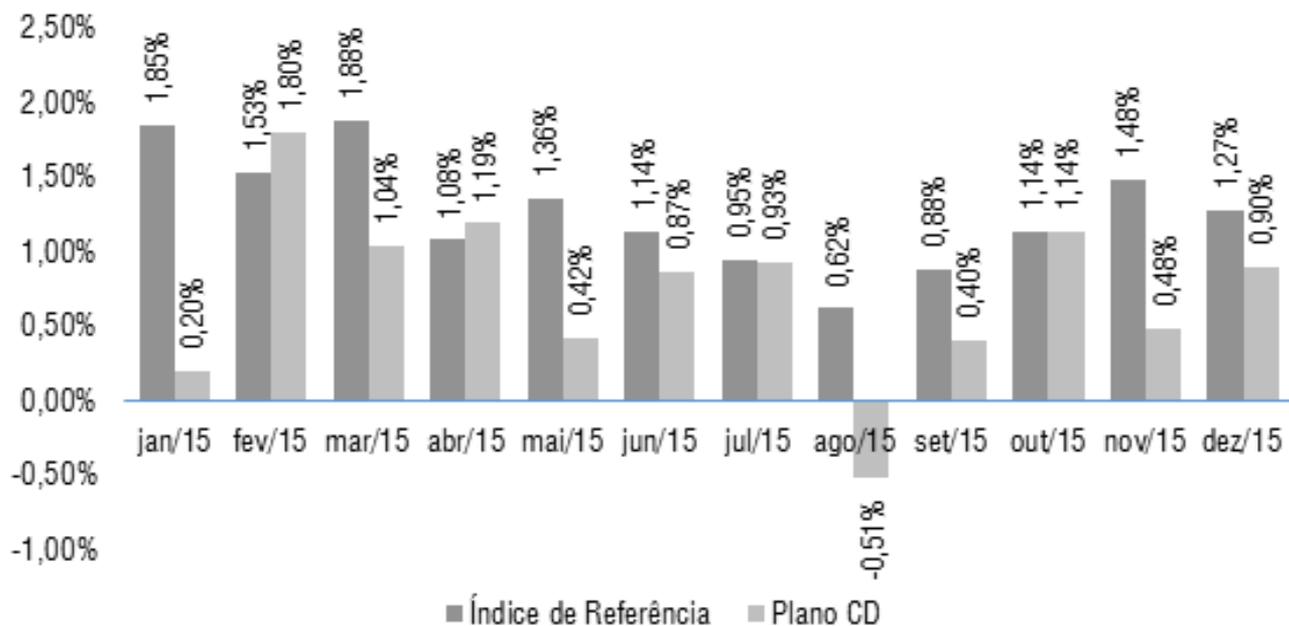
Apesar de todo o cenário de incertezas, muita volatilidade e da desvalorização da bolsa de valores, os planos da Faelba conseguiram apresentar retornos bastante positivos. O destaque ficou com o Plano BD (18,41%) por possuir quase que a totalidade de seus ativos marcados na curva não absorvendo o impacto negativo da volatilidade nos mercados de renda fixa e renda variável. O Plano CD, apresentou retorno de 9,20%.

SEGMENTOS	PATRIMÔNIO R\$	RENTABILIDADE 2015
Plano BD	517.915.834,74	18,41
Plano CD	1.024.508.616,08	9,20
Plano PGA	35.506.966,79	13,16



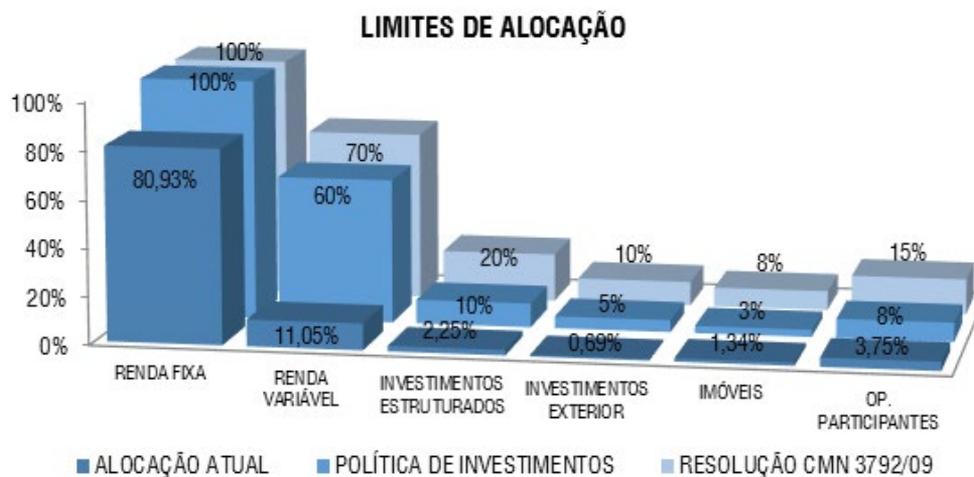
3.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

O Plano CD apresentou retorno de 9,20% abaixo de seu índice de referência INPC +4,5% (16,24%) no acumulado do ano. Mesmo com um cenário tão adverso o Plano CD da Faelba conseguiu obter retorno positivo para seus participantes. Os segmentos que mais contribuíram para a performance positiva foram a renda fixa (12,75%), operações com participantes (15,32%) e investimentos no exterior (46,04%). Contribuíram negativamente os segmentos de renda variável (-10,31%) e investimentos estruturados (-8,10%). Este último teve sua rentabilidade impactada pela reprecificação de ativos em fundo de investimentos em participações.



3.1.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2015, a Faelba manteve o índice de referência do Plano CD em INPC + 4,5% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade, são eles:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,5% ao ano	INPC + 4,5% ao ano
Renda Fixa	INPC + 4,5% ao ano	INPC + 4,5% ao ano
Renda Variável	IBrX ao ano	INPC + 7,29% ao ano
Investimentos Estruturados	IFM + 0,5% ao ano	INPC + 5,71% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 5,66%	INPC + 5,66% ao ano
Imóveis	INPC ao ano	INPC ao ano
Operações com Participantes	INPC + 4,60% ao ano	INPC + 4,60% ao ano



No caso do Plano CD da FAELBA, as metas de rentabilidade não se configuram como obrigação.

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota uma estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa Híbrida	(% CDI + % IMA-B 5 + % IMA-B 5+) a.a.	1,35%
Renda Fixa Gestão Ativa	(% CDI + % IMA-B 5 + % IMA-B 5+) a.a.	1,35%
Renda Fixa Ativa	IPCA + 6,0% a.a.	5,00%
Renda Fixa Crédito	IPCA + 6,0% a.a.	-
Renda Fixa Conservador	CDI	-
Renda Variável - Tradicional	IBRX + 2,00% a.a.	2,69%
Renda Variável – Índice Ativo	IBRX + 3,00% a.a.	4,04%
Renda Variável – Dividendos	IDIV + 5,00% a.a.	6,73%
Renda Variável – Valor	IBRX + 5,00% a.a.	6,73%
Renda Variável – Smid Caps	SMLL + 5,00% a.a.	6,73%
Renda Variável – Ativista	IBRX + 7,00% a.a.	9,42%
Multimercados Estruturados	IFM + 0,5%	4,50%
FIP e FII	IPCA + 7,00%	-
Investimentos no Exterior	MSCI a.a.	-



A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

Mandato Híbrido: representa os investimentos em fundos exclusivos de renda fixa, compostos predominantemente por títulos públicos, cujo índice de referência é dado por uma composição entre índices de curtíssimo e de longo prazo. Para o ano de 2015, não foram definidos percentuais por indexador para facilitar a mudança dos percentuais de acordo com a mudança do cenário e avaliações realizadas pela Área de Investimentos. Em 2015, foram utilizados os seguintes benchmarks:

PERÍODO	BENCHMARK
Jan/2015 - Jul/2015	80% CDI + 20% IMA-B 5
Ago/2015 - Dez/2015	70% CDI + 20% IMA-B 5 + 10% IMA-B 5+

Renda Fixa Gestão Ativa: esse mandato engloba os investimentos em fundos abertos e um fundo exclusivo de renda fixa com gestores especialistas em cada indexador que compõe o benchmark do Mandato Híbrido.

Renda Fixa Ativa: composição determinada por gestores externos, manter uma gestão ativa (através de ativos e cotas de fundos) na busca de retorno absoluto.

Renda Fixa Crédito: esse mandato engloba os investimentos em veículos destinados à aquisição de títulos privados, que buscam prêmio em relação às taxas de juros praticadas no mercado através da assunção de risco de crédito.

Renda Fixa Conservador: esse mandato engloba os investimentos em veículos destinados à aquisição dos títulos públicos atrelados ao CDI/SELIC.

Renda Variável Tradicional: representa os investimentos em renda variável que possuem o objetivo de acompanhar, ou superar em menor escala, os índices de referência tradicionais do mercado.

Renda Variável – Índice Ativo: representa os investimentos em renda variável que possuem o objetivo de superar em menor escala os índices de referência tradicionais do mercado.

Renda Variável – Dividendos: esse mandato engloba os investimentos que buscam retorno diferenciado através de investimentos em ativos que paguem bons dividendos.

Renda Variável – Valor: esse mandato engloba os investimentos com menor correlação com os índices tradicionais do mercado, e que buscam atingir



retornos diferenciados no longo prazo.

Renda Variável – Smid Caps: o mandato engloba os investimentos em empresas de capitalização menor retorno superior sem, necessariamente, concentrar a alocação em ações que estejam completamente correlacionados aos índices como Small Caps.

Renda Variável – Ativista: esse mandato engloba os investimentos com menor correlação com os índices tradicionais do mercado, e que buscam atingir retornos diferenciados no longo prazo e posição mais ativa dos gestores.

Investimento Estruturado - Multimercado: esse mandato reúne os fundos multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar). Ressalta-se que os fundos multimercados que compõem esse mandato não devem utilizar as prerrogativas de investimentos destinados aos investidores qualificados, de acordo com a exigência da Resolução CMN nº 3792. Cabe ressaltar que, todo investimento em tal classe de fundos será previamente analisado e seguirá todas as determinações previstas na legislação vigente.

Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimentos Imobiliários e Fundos de Participação, em que não é possível replicar nenhuma carteira teórica, porém com expectativa de retorno semelhante.

Para acompanhamento de risco a Política de Investimentos estabelece que o controle de risco de mercado será calculado pelo Value-at-Risk (VaR), com o objetivo da Entidade controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. Este será calculado com os seguintes parâmetros:

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa Ativa	NA	5%
Multimercado Estruturado	NA	4,5

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.



Para os investimentos em mandatos dos segmentos do plano, o controle de risco será feito por meio do B-VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Variável – Tradicional	IBrX	2,69%
Renda Variável – Índice Ativo	IBrX	4,04%
Renda Variável – Dividendos	IDIV	6,73%
Renda Variável – Valor	IBrX	6,73%
Renda Variável – Smid Caps	SMLL	6,73%
Renda Variável – Ativista	IBrX	9,42%
Renda Fixa Híbrida	% CDI + % IMA-B 5 + % IMA-B 5+	1,35%
Gestão Ativa	% CDI + % IMA-B 5 + % IMA-B 5+	1,35%

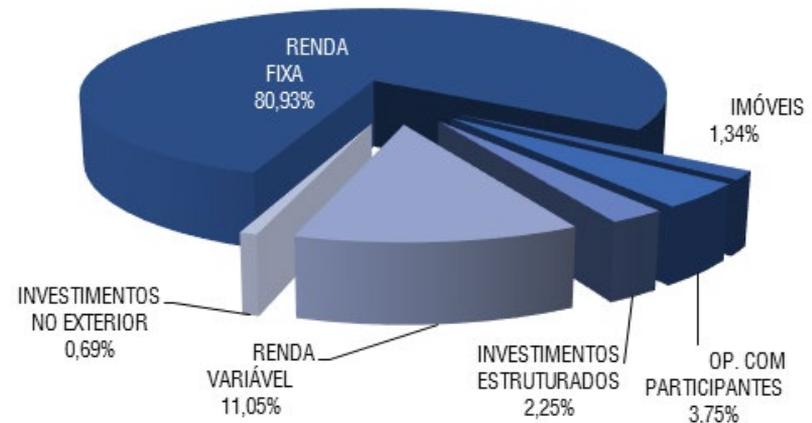
3.1.2. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	829.111.509,00	80,93%
Renda Variável	113.194.594,04	11,05%
Investimento no Exterior	7.040.357,32	0,69%
Estruturados	23.019.394,75	2,25%
Imóveis	13.734.310,60	1,34%
Op. Participantes	38.408.450,37	3,75%
Total	1.024.508.616,08	100,00%



PLANO CD - SEGMENTOS

No último dia do ano o plano CD apresentou um patrimônio de R\$ 1.024.508.616,08 sendo que cerca de 81% estão alocados na renda fixa que configura o resultado da escolha de perfil dos participantes. O segundo maior volume do fundo está alocado na renda variável com aproximadamente de 11,05%. Podemos destacar também o segmento de investimentos estruturados que é representado pelo investimento em três FIP's (Lacan, Rio Bravo e GTD) e fundos multimercados e que tem uma expectativa de rentabilidade de longo prazo.



3.1.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENTA FIXA		829.111.509,00
ITAÚ-UNIBANCO	FEF ITAU CD	122.888.456,75
HSBC	FEF HSBC CD	145.264.487,00
SANTANDER	FEF SANTANDER CD	129.180.456,78
SULAMÉRICA	SULAMERICA INEMA	59.539.574,43
VOTORANTIM	FEF VOTORANTIM RF CDI CD	299.193.178,52
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL IMA-B 5	53.240.524,44
BBDTVM	BB PREV RF IMA-B 5+	19.804.831,08



GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA VARIÁVEL		113.194.594,04
BTG PACTUAL ASSET M.	FIA BTG PACTUAL	13.559.020,11
VICTOIRE BRASIL ADM REC LTDA	VICTOIRE SMALL CAPS	789.555,96
GUEPARDO INVESTIMENTOS	GUEPARDO 60 FIC FIA	1.128.781,72
BBM GESTÃO DE REC. LTDA	BBM VALUATION II	8.799.753,82
BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	BNY MELLON ARX FIA	3.999.774,95
TARPON INVESTIMENTOS	SULAMERICA TARPON	5.838.930,71
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE	1.701.658,99
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE II	2.170.079,12
BBM GESTÃO DE REC. LTDA	BBM SMID CAPS FICFIA	7.564.403,84
POLLUX CAPITAL ADM DE RECURSOS	POLLUX I.FIC FIA	6.180.644,46
GÁVEA INVESTIMENTOS	GÁVEA AÇÕES FIC FIA	5.941.617,81
GUEPARDO INVESTIMENTOS	GUEPARDO INST FICFIA	2.395.561,17
FRANKLIM TEMPLETON INVEST	FT FEF CD FIA	43.183.898,39
VINCI PARTNERS	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	5.145.675,35
JGP DTVM	JGP EXPLORER INSTITUCIONAL FIA	4.795.237,64
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		7.040.357,32
BBDTVM	BB MULTI BLACKROCK IE	3.558.861,95
HSBC	HSBC FI MULTI GLOBAL	3.481.495,37
ESTRUTURADOS		23.019.394,75
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		4.931.287,62
RIO BRAVO INVEST.	FIP RIO BRAVO ENERGIA I	3.030.127,63
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL FIP	1.714.233,00
BNY MELLON ARX INVEST.	BNY MELLON GTD PART.	186.926,99



GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
MULTIMERCADOS		18.088.107,13
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL PLURAL	7.134.901,18
BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	ARX EXTRA	1.269.808,28
KONDOR ADM E GES DE RECURSOS	KONDOR LX	2.665.869,78
SAFRA	SAFRA GALILEO	7.017.527,89
TOTAL CD		972.365.855,11

3.1.4 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2015, os imóveis que compõem a carteira da Faelba não passaram por reavaliação.

3.1.5 RENTABILIDADE ANUAL

O Plano CD apresentou desempenho positivo em 9,20%, reflexo da exposição em títulos públicos indexados à inflação e, principalmente, dos atrelados à taxa Selic. O plano não conseguiu atingir o Índice de Referência, INPC + 4,5% a.a. (16,24%), devido à contribuição negativa dos segmentos de renda variável e investimentos estruturados. O segmento de renda fixa do Plano CD encerrou com 12,75%. O segmento de renda variável apresentou contribuição negativa encerrando o ano em 10,31%. O segmento de investimentos no exterior, apesar do forte desempenho, possui contribuição pouco significativa quando ponderada pelo patrimônio. Dos segmentos o único que apresentou performance superior ao seu benchmark foi o segmento de investimentos no exterior, reflexo da forte valorização do dólar, 46,04% no ano.

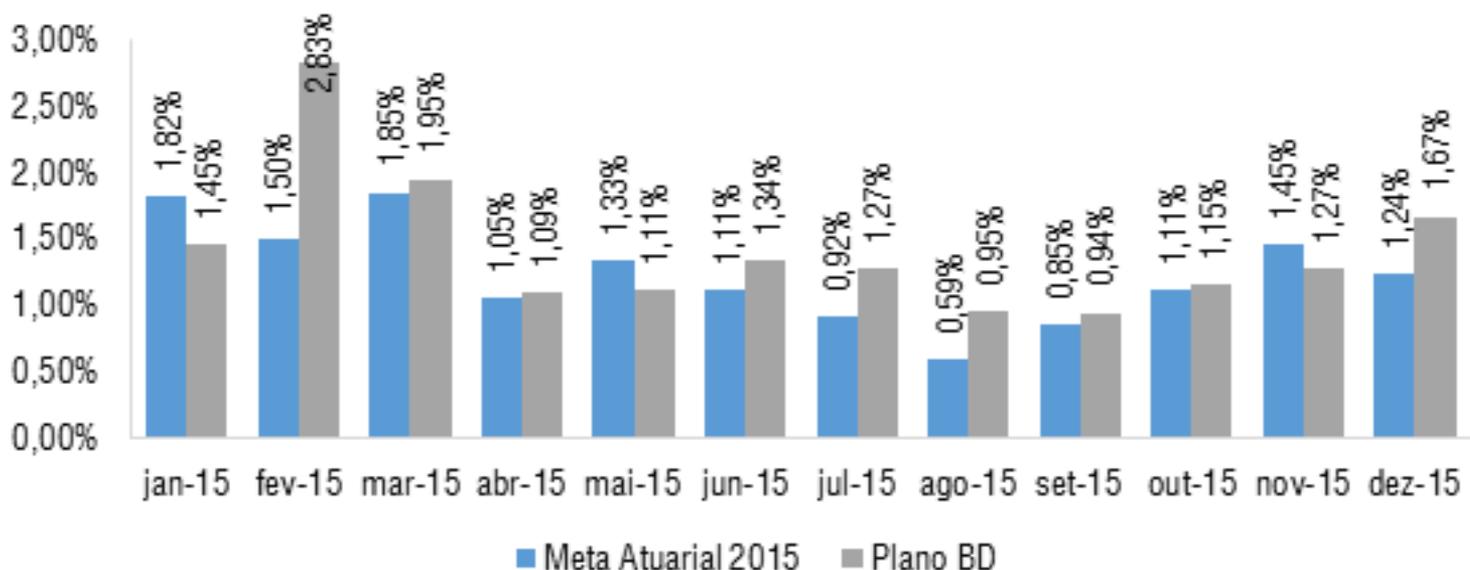
PLANO CD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2015	% BENCHMARK
Renda Fixa	12,75%	78,34%
Renda Variável	-10,31%	83,07%
Investimentos Estruturados	-8,10%	-54,69%
Investimentos no Exterior	46,04%	244,23%
Imóveis	7,04%	62,45%
Op. Participantes	15,32%	87,27%

O segmento de investimentos estruturados foi impactado pelo fundo Rio Bravo Energia I FIP que apresentou no ano queda de 58,91%. O fundo em abril sofreu um teste impairment (o reconhecimento das reduções nos valores de ativos a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas investidas). Além disso, foram realizadas duas avaliações de preço dos ativos das empresas investidas, por empresa independente especializada.



3.2 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)

Desde o estudo de ALM (Asset Liability Management) realizado em 2010 e suas reavaliações periódicas (a partir de 2013 as reavaliações foram semestrais), o Plano BD vem traçando um desempenho estável visto que a maioria dos seus recursos está no fundo FEF Atuarial HSBC BD que por sua vez tem, em sua maioria, os seus títulos marcados na curva, ou seja, serão carregados até o vencimento com a sua taxa de aquisição, dessa forma imunizando esses ativos da volatilidade decorrente das mudanças de cenários econômicos, uma vez identificado que o Plano BD é um plano saldado e quitado.



O destaque do ano foi o mês de fevereiro com um retorno de 2,83%, enquanto a meta atuarial apresentou retorno de 1,50% no mês. Foram realizadas durante o ano duas movimentações de alongamento de duration conforme carteira ótima apresentada pelo estudo de ALM (Asset Liability Management). O primeiro alongamento foi realizado entre os meses de maio e junho, com a utilização de parte da liquidez na compra de títulos vencimentos em 2016 e 2055, neste caso a alocação em um vértice mais curto teve como objetivo a captura do prêmio no curto prazo. O segundo movimento de alongamento ocorreu no mês de dezembro com a compra dos títulos com vencimento nos anos de 2030, 2050 e 2055.

3.2.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2015, a Faelba alterou o índice de referência do Plano BD em INPC + 4,10% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade, são eles:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,10% ao ano	INPC + 4,10% ao ano
Renda Fixa	INPC + 4,10% ao ano	INPC + 4,10% ao ano
Renda Variável	IBrX ao ano	INPC + 7,29% ao ano
Investimentos Estruturados	IFM ao ano	INPC + 5,71% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 5,66% ao ano	INPC + 5,66% ao ano
Imóveis	INPC ao ano	INPC ao ano
Operações com Participantes	INPC + 4,60% ao ano	INPC + 4,60% ao ano



A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

MANDATOS	BENCHMARK
ALM	-
Investimento Estruturado – FII e FIP	IPCA + 8,00%

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

ALM (Asset Liability Management): esse mandato contempla os veículos de investimento que carregam os títulos de longo prazo destinados a cobrir as obrigações atuariais do plano.

Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimentos Imobiliários e Fundos de Participação, em que não é possível replicar nenhuma carteira teórica, porém com expectativa de retorno semelhante.

Para acompanhamento de risco a Política de Investimentos estabelece que o controle de risco de mercado seja feito por meio do VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão.

O cálculo do VaR considerará:

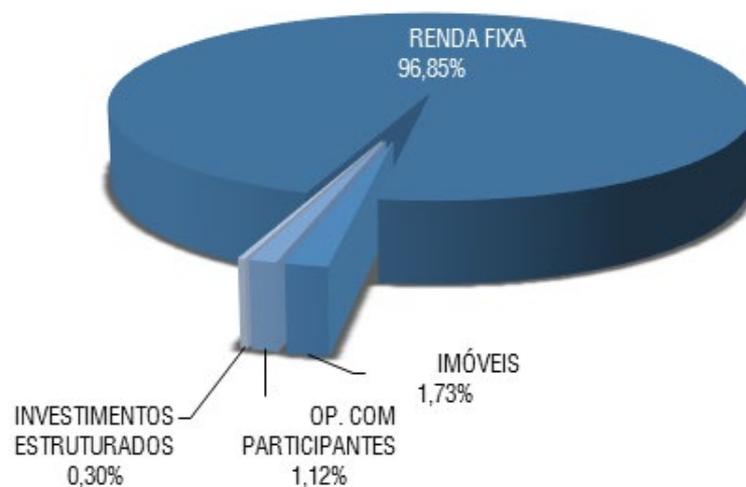
- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
ALM	-	NA

3.2.2 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	501.596.932,22	96,85%%
Renda Variável	-	0,00%
Estruturados	1.536.263,41	0,30%
Imóveis	8.978.749,91	1,73%
Op. Participantes	5.803.889,20	1,12%
Total	517.915.835,74	100,00%

PLANO BD - SEGMENTOS





3.2.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENTA FIXA		501.596.932,22
HSBC ASSET MANAGEMENT	FEF HSBC ATUARIAL BD	501.596.932,22
ESTRUTURADOS		1.536.263,41
RIO BRAVO	FIP RIO BRAVO ENERGIA I	1.414.060,75
BNY MELLON GTD PART.	BNY MELLON GTD PART.	122.202,66
TOTAL BD		503.133.195,63

A maior concentração por gestor dentro do portfólio do plano está com o fundo FEF HSBC Atuarial BD com R\$ 501.596.932,22, ou seja, 96,85% do patrimônio líquido do Plano BD. Este fundo tem a maior parte de seus ativos marcados até os vencimentos (na curva) e sua movimentação é conforme resultados obtidos no estudo de ALM.

O fundo atuarial do Plano BD seguiu sua trajetória natural durante 2015, já que sua estratégia é o atendimento ao passivo atuarial do plano: títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-Bs e NTN-Cs), marcados na curva.

Desde 2014, o Plano BD não possui exposição em renda variável conforme decisão do Conselho Deliberativo.

3.2.4 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2015, os imóveis que compõem a carteira da Faelba não passaram por reavaliação.

3.2.5 RENTABILIDADE ANUAL

PLANO BD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2015	% BENCHMARK
Renda Fixa	16,70%	105,43%
Renda Variável	-	-
Investimentos Estruturados	- 56,05%	-392%
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	7,04%	62,41%
Op. Participantes	10,39%	59,17%

No acumulado do ano, o plano BD encerrou com alta de 16,70%, o equivalente a 105% da meta atuarial. Este rendimento foi puxado pelos títulos indexados à inflação (NTN-B), com taxas superiores a meta atuarial, marcados até o vencimento, pertencentes à carteira do FEF Atuarial HSBC BD.

O desempenho de -56,05% no ano apresentado pelo segmento de investimentos estruturados foi o reflexo do desempenho do fundo Rio Bravo Energia I FIP que apresentou no ano queda de 58,91%. O fundo no mês de abril sofreu um teste impairment (o reconhecimento das reduções nos valores de ativos a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas investidas). Além disso, foram realizadas duas avaliações de preço dos ativos das empresas investidas, por empresa independente especializada.



3.3 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

3.3.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2015, a Faelba alterou a meta de rentabilidade do Plano PGA para CDI + 0,5% no ano. O limite de alocação por segmento estabelecido na Política Investimentos, foi:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	ALOCÇÃO ATUAL
Renda Fixa	100%	100%	100%

Os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade, são eles:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa (Híbrido)	% CDI + 0,5%	CDI

Para os investimentos em mandato do segmento do plano, o controle de risco será feito por meio do VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão.

O cálculo do VaR considerará:

- Modelo: não paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa (Híbrido)	NA	0,7%

3.3.2 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	35.506.966,79	100,00%
Renda Variável	-	-
Estruturados	-	-
Imóveis	-	-
Op. Participantes	-	-
Total	35.506.966,79	100,00%

3.3.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
BBDTVM	BB FEF PGA	35.506.966,79

O PGA tem seus recursos 100% alocados no fundo exclusivo BB FEF PGA. O fundo possui uma estratégia bastante conservadora em títulos públicos.



3.3.4 RENTABILIDADE ANUAL

No acumulado do ano o PGA apresentou rentabilidade líquida de 13,16% enquanto o benchmark apresentou retorno de 13,24%.

PLANO PGA		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2015	% BENCHMARK
Renda Fixa	13,16%	99,38%
Renda Variável	-	-
Investimentos Estruturados	-	-
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	-	-
Op. Participantes	-	-

4. PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIS EXISTENTES

Entre os planos de benefícios administrados pela Faelba, o único que possui perfil de investimentos é o Plano CD. Este plano oferece sete opções de perfil para escolha dos participantes de acordo com sua aversão ao risco, são eles:

OPÇÃO DE ALOCAÇÃO	PERFIL CONSERVADOR % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL BÁSICO % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL DIFERENCIADO % PROVISÃO MATEMÁTICA
1	100	0	0
2		100	0
3		90	10
4		80	20
5		70	30
6		60	40
7		50	50

Em 2014, em virtude da volatilidade vista no segmento de renda fixa, a Faelba criou mais uma opção de perfil para seus participantes e assistidos, o Perfil Conservador. Assim, os participantes têm o direito de escolher alocar somente no Perfil Conservador ou Básico ou a combinação entre os Perfis Básico e Diferenciado dentro do conjunto de opções que melhor se adequa a seu nível de aversão a risco. Quanto menor aversão ao risco maior a sua exposição ao Perfil Diferenciado (exposição a bolsa de valores e investimentos no exterior), do lado oposto, a maior aversão ao risco leva a concentração da alocação da reserva no Perfil Conservador. No ano de 2015, os perfis apresentaram os seguintes resultados:

PERFIL	ACUMULADO EM 2015 (%)
Perfil Conservador	12,98
Perfil Básico	12,02
Perfil Diferenciado	-8,83
Perfil 90 - 10	9,84
Perfil 80 - 20	7,68
Perfil 70 - 30	5,55
Perfil 60 - 40	3,43
Perfil 50 - 50	1,33

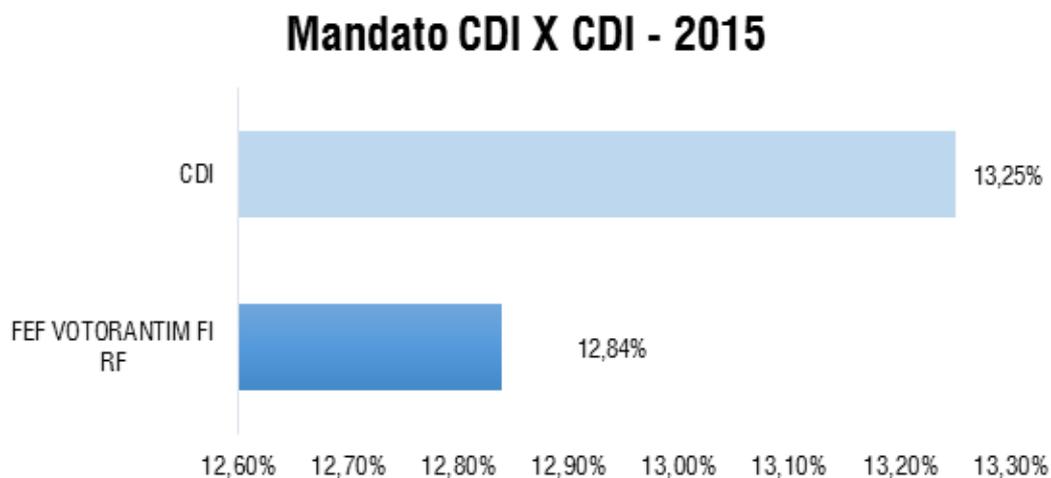


1. PERFIL CONSERVADOR

Possui todo seu recurso alocado em ativos indexados ao CDI/ SELIC. Este perfil tem como objetivo a preservação do capital reduzindo o impacto da volatilidade do mercado nas reservas dos participantes. Indicado para aqueles totalmente avessos ao risco de mercado.

O crescimento do patrimônio alocado no Perfil Conservador fez com que a Faelba, buscando capturar melhor retorno com a redução de despesas de Taxa de Administração de fundo aberto, criasse um fundo exclusivo com mandato CDI. O fundo Votorantim RF CDI CD iniciou no final do mês de abril de 2015 e possui recursos dos Perfis Conservador e Básico (Renda Fixa Gestão Ativa).

O gráfico ao lado considera apenas a rentabilidade do fundo exclusivo, porém como visto anteriormente o Perfil Conservador apresentou em 2015 retorno de 12,98%, a diferença se justifica pelos custos com taxas de administração do fundo aberto que existia até abril.



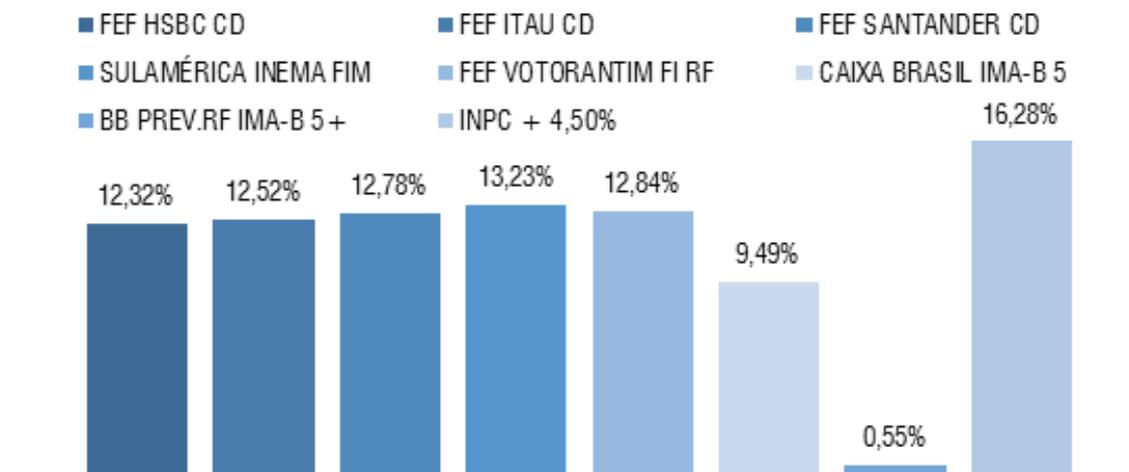
2. PERFIL BÁSICO

Possui a maior parte de seus recursos alocados no segmento de renda fixa, este perfil também possui alocação nos segmentos de imóveis, investimentos estruturados e operações com participantes. Apesar da grande concentração no segmento de renda fixa, este perfil apresenta volatilidade pois seus ativos são marcados a mercado, ou seja, o preço dos ativos na carteira é dado pelo mercado.

RENDA FIXA

No ano, o resultado abaixo do esperado deve-se, principalmente, ao segmento de renda fixa cuja volatilidade nas curvas de juros e as incertezas no ambiente macroeconômico aumentaram a aversão ao risco dos investidores em geral e pressionaram os preços dos títulos no mercado. A exposição significativa, dos fundos de renda fixa que compõem este perfil em títulos públicos, principalmente em Nota do Tesouro Nacional Série – B (NTN-B) cuja rentabilidade é indexada ao IPCA, teve maior contribuição para o aumento da volatilidade no resultado do perfil.

RENDA FIXA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA PLANO CD

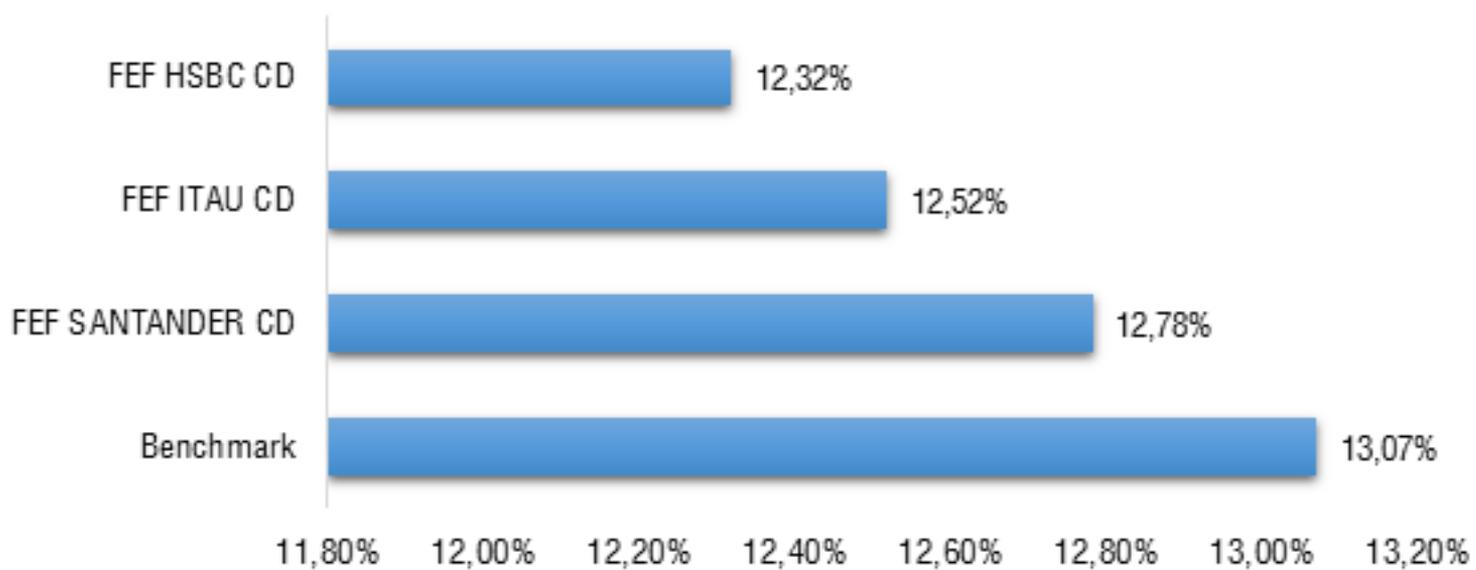




Para cumprir o índice de referência do segmento de renda fixa (INPC + 4,5% a.a), a Faelba dividiu o segmento em dois mandatos com benchmarks diferentes, são eles: %CDI+ % IMA-B 5 + % IMA-B 5+ (benchmark híbrido) e IPCA + 6,0%.

Em 2015, o benchmark híbrido encerrou com a composição de 70% CDI + 20% IMA-B 5 + 10% IMA-B 5+, com retorno acumulado no ano de 13,07%.

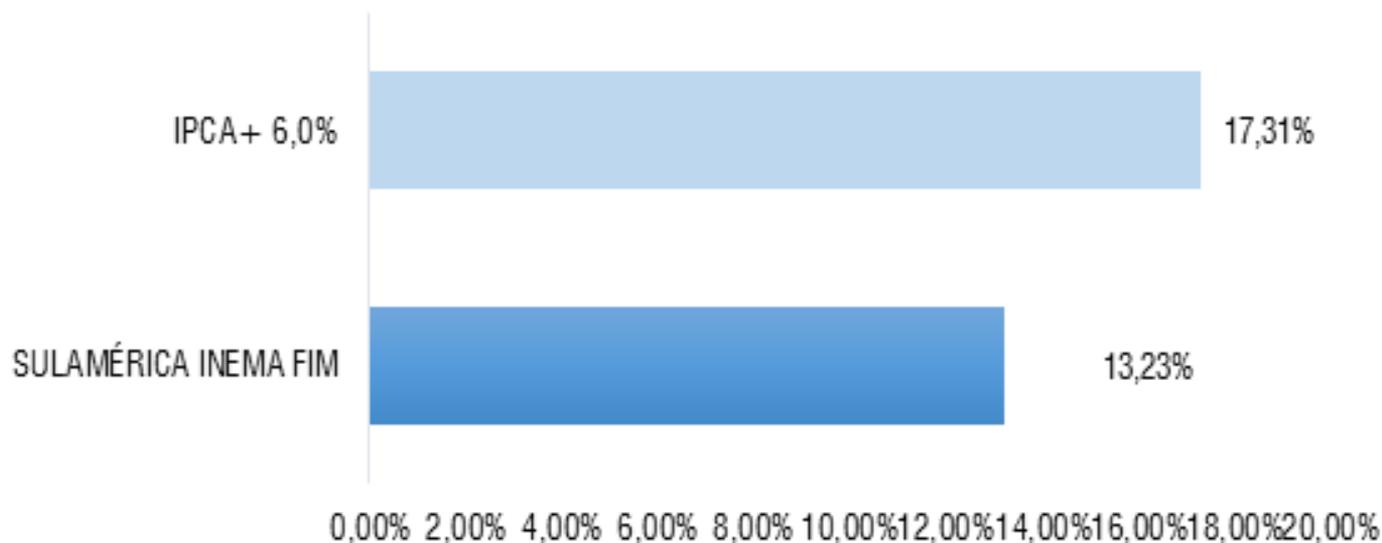
Mandato Híbrido X Benchmark Híbrido - 2015





Apesar da rentabilidade positiva entre os fundos de mandato híbrido, os mesmos não conseguiram alcançar o benchmark. A volatilidade devido às incertezas acerca da instabilidade política e econômica fizeram os gestores do fundo a adotarem uma posição mais defensiva na condução da estratégia dos fundos, não utilizando o limite de risco estabelecido na Política de Investimentos.

Mandato Total Return X IPCA + 6,0% - 2015



O fundo da Sul América Inema apresentou retorno de 13,23% no acumulado do ano, porém o mesmo não atingiu o benchmark IPCA+ 6% (17,31%). Como o fundo deve entregar retorno absoluto, spread + IPCA, a posição mais conservadora do gestor frente ao comportamento mais volátil das curvas de juros, reflexo da instabilidade política e as incertezas sobre os ajustes necessários para o equilíbrio fiscal, e a inflação em nível mais elevado, não foi suficiente para atingir o benchmark.



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O nível elevado da inflação e o aumento da taxa básica de juros também impactaram as oportunidades em investimentos alternativos como fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários no mercado. Houve redução significativa de abertura de novos fundos neste tipo de estratégia, os investidores estavam bastante cautelosos sobre os rumos da economia pós eleições. O desempenho do segmento de investimentos estruturados foi o reflexo do desempenho do fundo Rio Bravo Energia I FIP que apresentou no ano queda de 58,91%. O fundo no mês de abril sofreu um teste impairment (o reconhecimento das reduções nos valores de ativos a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas investidas). Além disso, foram realizadas duas avaliações de preço dos ativos das empresas investidas, por empresa independente especializada.

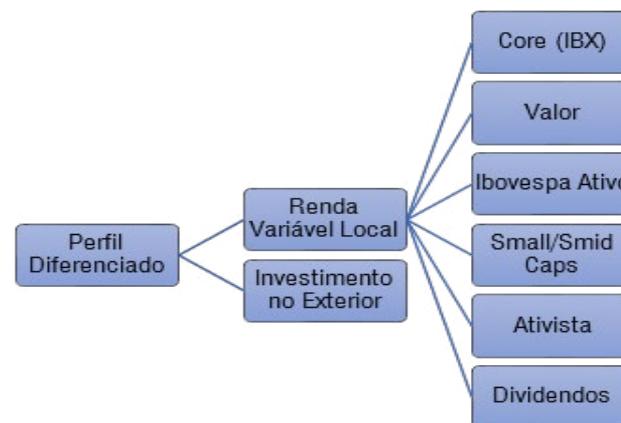
O fundo BNY Mellon GTD tem como objetivo a realização do encerramento da Companhia GTD Participações S.A. Em 2015, dando prosseguimento ao processo de encerramento das operações da companhia depois de realizada uma Oferta Pública de Ações – OPA em março, para comprar as ações em negociação em bolsa, a GTD teve cancelada seu registro de companhia aberta junto a CVM e deixou de ser negociada na bolsa de valores.

IMÓVEIS

O cenário para investimentos mobiliários mudou pouco em relação ao ano de 2014. O segmento tem apresentado aumento de estoque com a conclusão de novos projetos, porém a venda ou alocação destas propriedades tem se tornado difícil com deterioração da economia, com empresas alterando seu cronograma de investimentos e famílias com endividamento alto. A Faelba não realizou nenhum investimento no segmento, apenas a manutenção dos imóveis que já possui em sua carteira.

3. PERFIL DIFERENCIADO

Este perfil é o que apresenta maior risco por ter a totalidade de sua alocação no segmento de Renda Variável. Escolhido por aqueles participantes com menor aversão ao risco e mais tempo para acumular a reserva já que as perdas no curto prazo podem ser recuperadas no longo prazo. Os recursos do perfil estão distribuídos em várias estratégias buscando reduzir o risco a partir da diversificação.





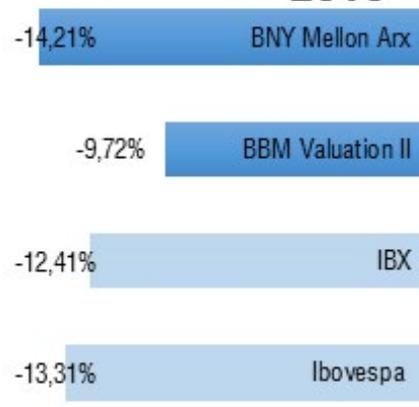
IBOVESPA ATIVO

Este mandato é composto por dois fundos BBM Valuation II e BNY Mellon Arx. No encerramento do ano de 2015, o mandato tem aplicado R\$ 12.799.528,77. Os resultados negativos foram reflexos do momento ruim de bolsa e da volatilidade do mercado.

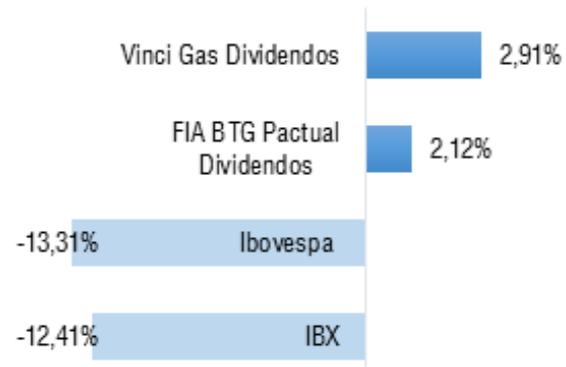
DIVIDENDOS

Este mandato teve a introdução de mais um fundo após o estudo de rebalanceamento da renda variável em 2015. O fundo BTG Pactual Dividendos FIC FIA teve seu patrimônio reduzido de R\$ 17.992.488,47 em 2014 para R\$ 13.559.020,11. Em setembro, o valor reduzido foi alocado no fundo Vinci Gas Dividendos. Criando mais um elemento de comparação para o mandato. No entanto, no mês de dezembro a governança decidiu zerar a posição junto ao fundo BTG Pactual Dividendos após o nome do principal executivo do BTG Pactual ter sido citado na Operação Lava a Jato.

Mandato Ibovespa Ativo - 2015



Mandato Dividendos - 2015





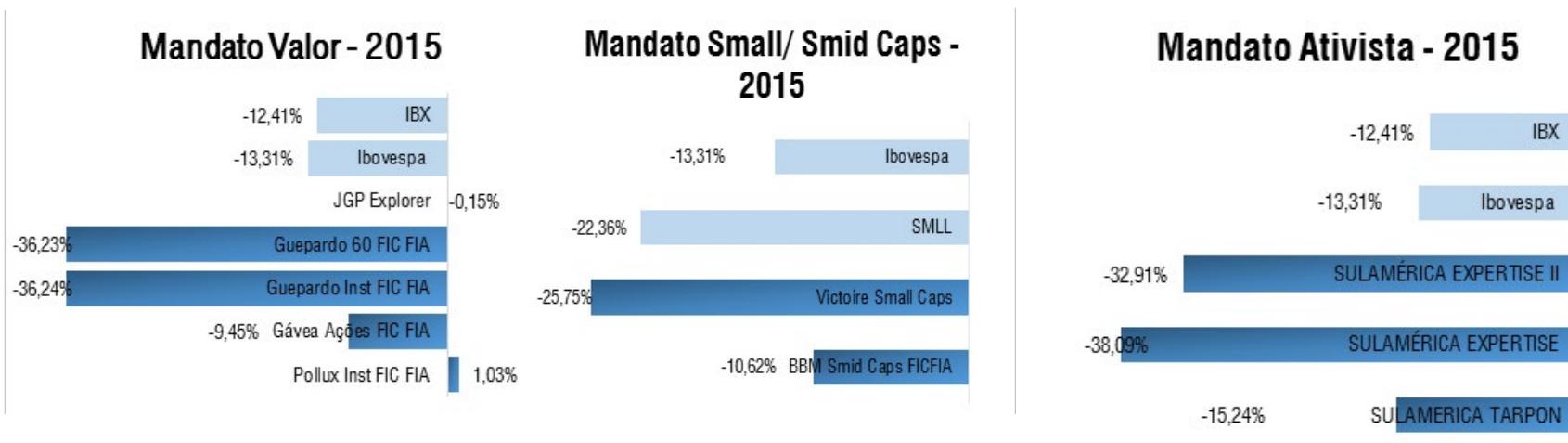
VALOR, SMALL/SMID CAPS E ATIVISTAS

Os três mandatos possuem características semelhantes, são fundos que buscam desconectar seus portfólios do Ibovespa. Estes gestores buscaram em 2015, as melhores oportunidades através da alocação em empresas que estejam subavaliadas pelo mercado. O mandato da estratégia Valor é o maior de todos em valor monetário e quantidade de fundos, com cinco fundos em sua composição. No ano, o destaque positivo foi o fundo Pollux Institucional FIC FIA com ganho de 1,03%. Este fundo foi beneficiado pela posição em renda fixa e redução da exposição em bolsa de valores, o fundo dentro do limite permitido pela CVM, montou posição em título público.

Os outros fundos tiveram desempenho negativo, sendo o destaque para os fundos Guepardo Institucional FIC FIA e Guepardo 60 FIC FIA que possuem uma carteira 100% alocada em bolsa e concentrada em alguns papéis.

O ano foi difícil para os fundos small caps, por se tratar de empresas de baixa capitalização e liquidez reduzida no mercado, como no caso da Victoire Small Caps. No caso do fundo BBM Smid Caps, seu regulamento permite alocar em empresas maiores e mais líquidas, porém o desempenho destas ações também prejudicou o resultado do fundo.

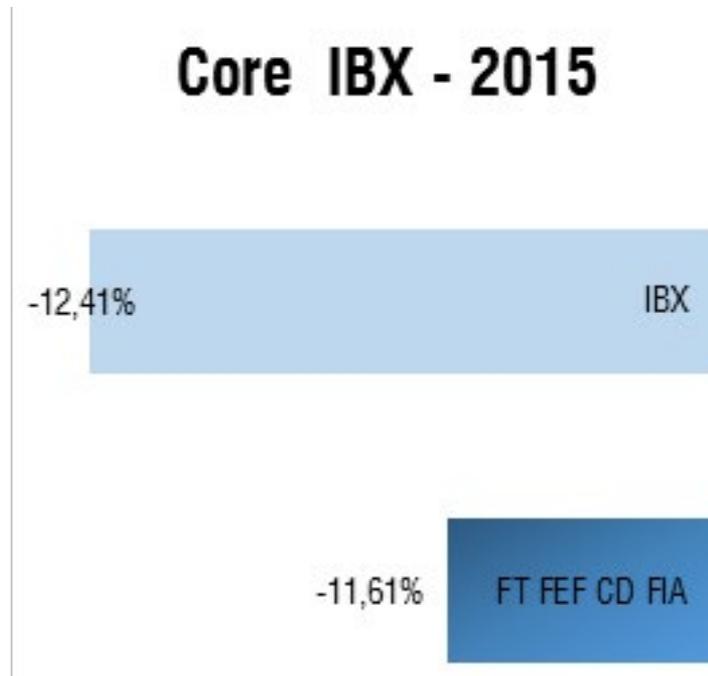
O mandato Ativista apresentou o pior resultado dentro da estrutura da renda variável. O mandato tem as mesmas características do Small/ Smid Caps, porém o gestor acompanha a empresa participando ou indicando pessoas para a composição da governança delas.





CORE – IBX

O mandato IBX é composto pelo Fundo Exclusivo Franklin Templeton CD, que tem o objetivo de acompanhar ou superar o retorno apresentado pelo seu índice de referência, o IBX. O IBX apresentou performance negativa no ano de 12,41%, enquanto o fundo obteve desempenho um pouco melhor de -11,61% no ano. O resultado melhor que o benchmark refletiu algumas posições ativas descorrelacionadas do IBX.





INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Em maio de 2014, a Faelba deu continuidade em sua estratégia de diversificação de seu portfólio investindo no mercado de ações no exterior. O investimento é feito através de fundos nacionais que compram cotas de fundos no exterior. Com isso a Faelba ampliou sua estratégia para fora das fronteiras da bolsa de valores brasileira investindo em ações de empresas com alcance global e em mercados desenvolvidos. Em 2015, os fundos de investimentos no exterior tiveram performance bastante positiva. No entanto, o excelente desempenho destes fundos é justificado pela performance do dólar (+47%) no ano, já que os principais índices de bolsas internacionais apresentaram desempenho negativo. Importante informar que o objetivo da Faelba com investimentos em outros países é a exposição em setores que não possuem ou possuem poucas ações na bolsa de valores do Brasil, e não obter retorno com a valorização do dólar.

Investimento no Exterior - 2015



A Faelba informa que rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

GESTÃO ADMINISTRATIVA



DESPESAS

POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESPESAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS	PLANOS				TOTAL
	BD		CD		
ADMINISTRATIVAS	R\$	%	R\$	%	R\$
PESSOAL E ENCARGOS	1.026.256	42,19	2.394.598	42,00	3.420.854
CONSELHEIROS	63.828	2,62	148.932	2,61	212.760
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINARIOS	90.524	3,72	211.223	3,70	301.747
VIAGENS E ESTADIAS	62.557	2,57	145.966	2,56	208.523
SERVIÇO DE TERCEIROS	237.441	9,76	554.030	9,72	791.471
CONSULTORIA JURIDICA	98.807	4,06	230.550	4,04	329.357
DESPESAS GERAIS	540.663	22,23	1.261.547	22,13	1.802.209
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	33.265	1,37	77.619	1,36	110.885
TRIBUTOS	183.401	7,54	427.936	7,51	611.337
OUTRAS DESPESAS	13.852	0,57	32.322	0,57	46.175
DESPESAS ESPECÍFICAS	81.654	3,36	217.030	3,81	298.684
Sub Total	2.432.249	100,00	5.701.752	100,00	8.134.001

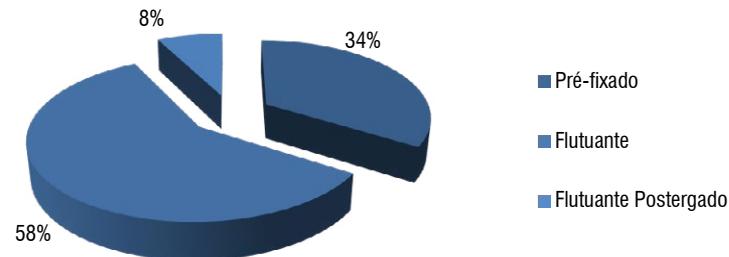
COMPARATIVO PATRIMÔNIO X DESPESA	BD	CD
Patrimônio	486.667.041	1.016.311.464
Relação Percentual Despesas/Patrimônio	%	%
Administrativas	0,50	0,56
Gestão Investimentos	0,06	0,39

EMPRÉSTIMOS

CONCESSÕES POR MODALIDADES ANUAL - 2015

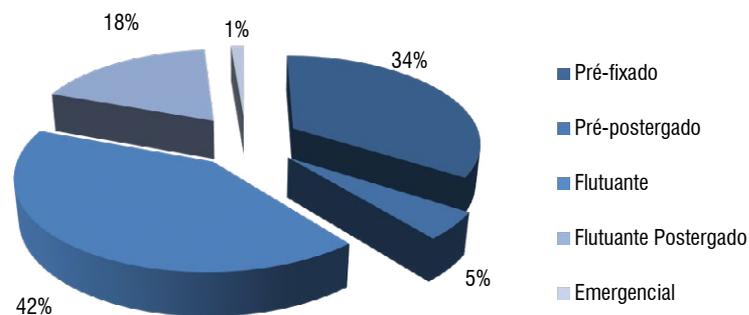
CONCESSÕES POR MODALIDADE 2015 - BD

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	36	346.752
Flutuante	62	1.116.379
Flutuante Postergado	8	157.256
Total	106	1.620.387



CONCESSÕES POR MODALIDADE 2015 - CD

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	208	R\$ 2.260.335
Pré-postergado	30	R\$ 292.574
Flutuante	253	R\$ 8.330.864
Flutuante Postergado	110	R\$ 4.648.215
Emergencial	8	R\$ 17.612
Total	609	15.549.600



Total	715	17.669.987
--------------	------------	-------------------

A close-up photograph of a man and a woman in a professional setting. The man, on the left, has a beard and is wearing a light blue button-down shirt and a dark tie with small green polka dots. He is smiling broadly, showing his teeth. The woman, on the right, is wearing a dark-colored top and is also smiling, looking towards the man. The background is slightly blurred, suggesting an office environment. The text 'PRINCIPAIS REALIZAÇÕES' is overlaid on the image in white, bold, uppercase letters.

**PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES**

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2015

JANEIRO



HOMENAGEM AO DIA DO APOSENTADO

Carmelita Novais, Assistida da Faelba, foi indicada pela Faelba para receber diploma alusivo ao dia do Aposentado, comemorado em 24/01. O evento foi promovido pela ABRAPP, em São Paulo, no dia 26 de janeiro.

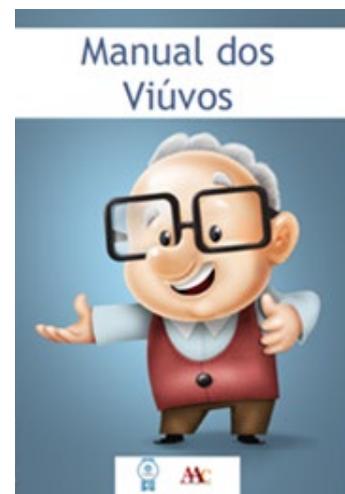
MANUAL DOS VIÚVOS

O que era pra ser um material destinado apenas aos Aposentados e Pensionistas se transformou numa publicação positivamente aguardada e solicitada pelos Participantes nas unidades de trabalho do Patrocinador Coelba. O Manual dos Viúvos é um sucesso no sistema de previdência complementar pela particularidade do conteúdo e na forma de abordagem das informações.

FISCALIZAÇÃO DA PREVIC NA FAELBA

Sob fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Órgão Regulador e Fiscalizador do Sistema Fechado de Previdência Complementar, ligado ao Ministério da Previdência Social, a Faelba demonstrou transparência na gestão, que segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo no Estatuto Social da Fundação. Todas as exigências dos procedimentos executados na Entidade foram, devidamente, cumpridas.

FEVEREIRO



O Manual foi criado e desenvolvido a partir da parceria estabelecida, entre a Associação dos Aposentados da Coelba (AAC) e a Faelba. O propósito do conteúdo é o de ampliar o conhecimento dos Participantes e Assistidos sobre os procedimentos necessários à solicitação do benefício de pensão ou pecúlio por morte junto aos órgãos competentes, entre outras a Faelba e o INSS.



MARÇO

2ª VIA DE BOLETO ONLINE

Com o objetivo de proporcionar atendimento rápido, fácil e eficaz foi disponibilizado no site da Faelba a 2ª via de boleto de Empréstimo e de Autopatrocínados. O Participante ou Assistido pode imprimir a 2ª via do boleto acessando a área restrita do site.



ABRIL

CONVERSA ABERTA

A Diretoria Executiva programou dois momentos especiais para conversar com os Participantes e Assistidos da Fundação. O objetivo dos encontros foi apresentar, com clareza e transparência, o direcionamento das ações da Diretoria diante de cenários indefinidos da economia no Brasil e no mundo.

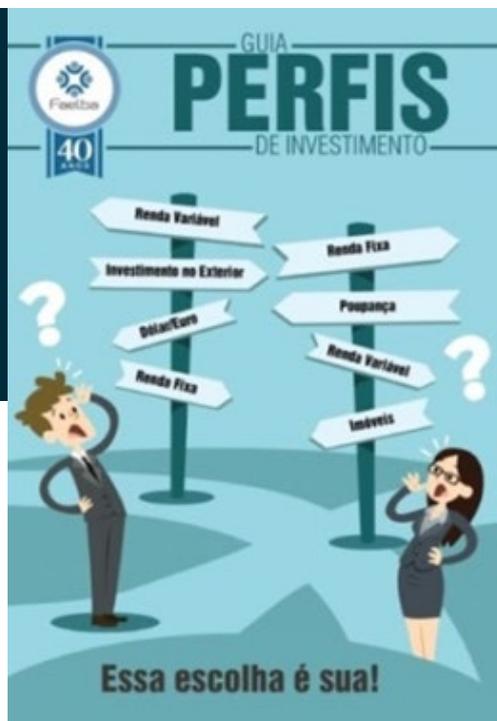
ABRIL



WEB PAGE DO RAI

O Relatório Anual de Informações (RAI) ganhou novo formato em 2014. A versão WEB foi disponibilizada, em abril de 2015, aos Participantes e Assistidos, através do desenvolvimento de uma plataforma digital, exclusivamente, para divulgar as principais realizações do exercício, além dos números mais significativos da gestão no ano. O RAI 2014 da Faelba, também, está disponível em PDF, no site da Fundação, em atendimento à legislação vigente, que trata da divulgação das informações da Entidade aos seus Participantes, Assistidos e Patrocinadores.

MAIO



GUIA PERFIS DE INVESTIMENTO

A publicação reuniu os principais temas relativos aos Perfis de Investimento oferecidos aos Participantes e Assistidos vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex). O Guia foi distribuído a tempo de subsidiar possíveis movimentações das reservas matemáticas

em razão da abertura de prazo, em 1º de junho. A exemplo de todas as publicações da Faelba, o Guia Perfis de Investimento foi disponibilizado na versão digital.



PREPARAÇÃO DA GOVERNANÇA

Em 2ª edição na Faelba, o Programa de Capacitação à Governança teve o objetivo de capacitar novos e potenciais gestores da Entidade (dirigentes, conselheiros e colaboradores). O treinamento foi modelado pela Faelba junto à Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) para oferecer 10 disciplinas dispostas em 112 horas-aula, proporcionando qualificação e reciclagem àqueles que estarão à frente da gestão do negócio da Fundação.

JUNHO

CICLO DE PALESTRAS

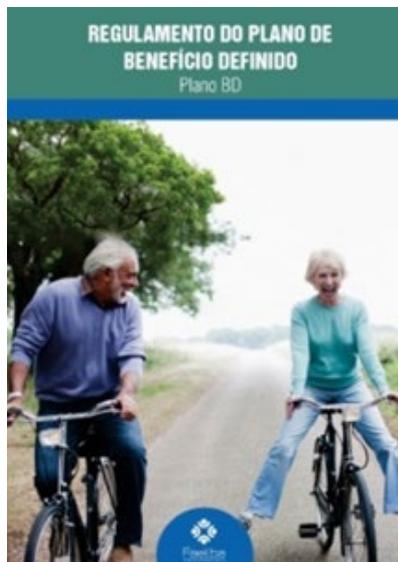
A Diretoria Executiva realizou ciclo de palestra na capital e no interior para falar sobre Perfis de Investimento. Participantes e Assistidos vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex) tiveram a oportunidade de tirar dúvidas sobre o desempenho dos Perfis Conversador, Básico e Diferenciado, oferecidos pela Fundação, e ainda conhecer os cenários macroeconômicos que impactam diretamente no resultado dos investimentos da Entidade.



JULHO

DISTRIBUIÇÃO REGULAMENTO PLANO BD

Participantes, Aposentados e Pensionistas vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD) receberam o novo Regulamento do Plano Previdenciário. A edição contemplou a inclusão da Seção sobre a Destinação da Reserva Especial, proposta pelo Conselho Deliberativo e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).



FAELBA ITINERANTE

O Programa Faelba Itinerante esteve presente nas cidades de Feira de Santana e Camaçari, nos dias 09 e 28/07/15, respectivamente, para prestar atendimento aos empregados da Coelba lotados naquelas Unidades.

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS - 31000

Para a manutenção do Sistema de Risco na Faelba, a empresa de Consultoria especializada, QSP Consultoria, realizou auditoria interna do Sistema de Gestão de Riscos (SGR).

SETEMBRO

ELEIÇÃO - DIRETOR DE SEGURIDADE (DSE)

Para a eleição do DSE, em 2015, a Faelba usou duas formas distintas de opção de voto; telefone e internet. Estivam aptos a votar todos os Participantes, a Categoria Especial de Participante sem vínculo com o Patrocinador, que compreende os Autopatrocinados e Vinculados (BPD), Assistidos e Beneficiários, conforme Regimento Eleitoral. Alvaro Pinho venceu as eleições.



JORNAL DINÂMICO

Lançada a nova proposta visual do Jornal da Faelba, principal veículo impresso da Fundação. O formato, arrojado e alegremente colorido, permite a disposição dos conteúdos de maneira mais leve, permeados de infográficos e com textos curtos.

Tudo foi pensado para atrair a atenção do público. O novo jornal da Faelba traz links e QR Code das matérias publicadas, possibilitando ao leitor aprofundar o conhecimento acerca dos temas abordados na edição.

OUTUBRO

Faelba - 41 anos



APP FAELBA

No mês de aniversário da Faelba foi disponibilizado aos Participantes e Assistidos o Aplicativo para dispositivos móveis (celulares e tablets). Desenvolvido nas plataformas Android, iOS e Windows Phone, o App Faelba permite o acompanhamento das informações da Entidade e coloca à disposição dos usuários serviços como alteração do Perfil de Investimento, participação nos processos eleitorais, além de consultas ao extrato de contribuição, de benefícios e aviso de crédito, e, também, visualização da 2ª via de boleto de Empréstimo e de Autoprocínio, entre outros.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Em atendimento à recomendação da ISO 9001:2008, a Faelba disponibilizou no site da Fundação a Pesquisa de Satisfação para todos os Participantes e Assistidos.

NOVEMBRO

ENCERRAMENTO CURSO PARA GOVERNANÇA

O Diretor Superintendente da Faelba, Augusto Reis, encerrou o treinamento de capacitação à governança na mesma modelagem da versão anterior do Programa. Augusto Reis apresentou o módulo “Prática de Gestão - A Visão do Dirigente”, mostrando aos Participantes do curso a aplicabilidade dos conhecimentos repassados nas 112 horas-aula das 10 disciplinas disponibilizadas aos postulantes a uma vaga na governança da Entidade.





NOVEMBRO

MANUTENÇÃO DA ISO 9001

Em novembro, foi realizada a 1ª auditoria de manutenção, após a recertificação dos processos da Faelba na ISO 9001:2008, em novembro de 2014. Foi a primeira auditoria do novo ciclo de avaliação e teve o objetivo de monitorar a conformidade do Sistema de Gestão da Faelba com a norma ISO 9001:2008, a Fundação foi recertificada para o período de 2015 - 2018.

NOVA SISTEMÁTICA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

Novas mudanças foram implementadas na sistemática dos Perfis de investimento. Entre elas, o fim do termo impresso, isto é, o formulário que possibilitava a movimentação manual da escolha pelos Perfis. A partir de dezembro, toda a operação passou a ser feita pela Internet. Outras mudanças foram a escolha da movimentação das reservas matemáticas pelos Perfis Básico e Diferenciado e também a opção pelo Rebalanceamento Mensal Automático.

DEZEMBRO

GUIA DE ORIENTAÇÃO AO PARTICIPANTE

A Faelba encerrou as publicações do ano de 2015 com a edição do Guia de Orientação ao Participante, mostrando que o entendimento acerca da previdência no Brasil é uma questão de cultura. O Guia apresenta um resumo dos principais processos previdenciários de Participantes e Assistidos junto à Fundação e dá ênfase à necessidade de posicionamento dos atores no ciclo de vida pessoal, para balizar os investimentos da poupança previdenciária, garantindo os resultados almejados para uma aposentadoria tranquila.



CICLO DE PALESTRAS

A Diretoria da Faelba realizou ciclos de palestras para subsidiar o momento da opção pelos Perfis. No total, foram realizadas 13 palestras, alcançando grande número de Participantes e Assistidos. O ciclo de palestras teve início nas cidades de Vitória da Conquista e Juazeiro, passando por Porto Seguro, Barreiras, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Brumado, Camaçari e Salvador. O ciclo foi encerrado com a palestra em Feira de Santana, no dia 05/12.

MUDANÇA NA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMO

Cumprindo a deliberação do Conselho Deliberativo, a Faelba colocou em prática as seguintes ações da carteira de Empréstimo: mudança da Taxa de Risco para quitação do empréstimo, em caso de falecimento do mutuário, e diminuição da idade mínima para solicitação de avalista, exclusivamente para os Assistidos do Plano BD; suspensão da concessão de empréstimos aos Participantes na situação de Resgate Parcelado (Plano CD); e a suspensão da concessão de empréstimo na modalidade Pré-Fixada, por tempo indeterminado desde 01/12/2015.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015 E 2014

Innovation
Branding
Solution
Marketing
Analysis
Ideas
Success
Management

Innovation
Branding
Solution
Marketing
Analysis
Ideas
Success
Management





FAELBA

FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

**Demonstrações Financeiras
em Dezembro de 2015 e 2014**

SUMÁRIO

Pg. 78	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Pg. 80	Balancos Patrimoniais Consolidados
Pg. 81	Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social
Pg. 82	Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa
Pg. 83	Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 84	Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 85	Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Benefício Definido
Pg. 86	Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 87	Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 88	Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Contribuição Definida
Pg. 89	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Pg. 131	Manifestação do Conselho Deliberativo
Pg. 132	Parecer do Conselho Fiscal





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar, (“FAELBA” e ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações dos ativos líquidos, das mutações do ativo líquido, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Salvador, 21 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4



FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Disponível		<u>788</u>	<u>436</u>	Exigível operacional	11	<u>1.434</u>	<u>1.597</u>
Realizável		<u>1.576.176</u>	<u>1.494.013</u>	Gestão previdencial		664	770
Gestão previdencial	7	3.124	2.248	Gestão administrativa		749	812
Gestão administrativa	8	61	78	Investimentos		21	15
Investimentos	9	<u>1.572.991</u>	<u>1.491.687</u>	Exigível contingencial	12	<u>35.881</u>	<u>30.697</u>
Fundos de investimento		1.511.006	1.427.482	Gestão previdencial		35.881	30.697
Investimentos imobiliários		22.372	22.839	Patrimônio social		<u>1.540.113</u>	<u>1.462.626</u>
Empréstimos e financiamentos		39.613	41.366	Patrimônio de cobertura do plano	13	<u>1.458.508</u>	<u>1.393.354</u>
Permanente		<u>464</u>	<u>471</u>	Provisões matemáticas		<u>1.380.549</u>	<u>1.305.028</u>
Imobilizado	10	464	471	Benefícios concedidos		831.763	718.127
				Benefícios a conceder		548.786	586.901
				Equilíbrio técnico		<u>77.959</u>	<u>88.326</u>
				Superávit técnico acumulado		77.959	88.326
				Fundos	14	<u>81.605</u>	<u>69.272</u>
				Fundos previdenciais		44.471	39.423
				Fundos administrativos		35.403	28.364
				Fundos dos investimentos		1.731	1.485
Total do ativo		<u><u>1.577.428</u></u>	<u><u>1.494.920</u></u>	Total do passivo		<u><u>1.577.428</u></u>	<u><u>1.494.920</u></u>

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Varição (%)
Patrimônio social - início do exercício	<u>1.462.626</u>	<u>1.401.586</u>	<u>4</u>
Adições	<u>198.175</u>	<u>167.857</u>	<u>18</u>
Contribuições previdenciais	20.667	20.514	1
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	162.088	135.933	19
Receitas administrativas	11.433	8.475	35
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	3.740	2.685	39
Constituição de fundos de investimento	247	250	(1)
Destinações	<u>(120.688)</u>	<u>(106.817)</u>	<u>13</u>
Benefícios	(107.455)	(97.289)	10
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(5.099)	(2.298)	122
Despesas administrativas	(8.134)	(7.230)	13
Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social	<u>77.487</u>	<u>61.040</u>	<u>27</u>
Provisões matemáticas	75.521	62.674	20
Superávit técnico do exercício	(10.368)	7.889	(231)
Fundos previdenciais	5.048	(13.702)	(137)
Fundos administrativos	7.039	3.929	79
Fundos dos investimentos	247	250	(1)
Patrimônio social - final do exercício	<u>1.540.113</u>	<u>1.462.626</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações consolidadas do plano de gestão administrativa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	28.364	24.435	16
Custeio da gestão administrativa	15.173	11.160	36
Receitas	15.173	11.160	36
Custeio administrativo da gestão previdencial	6.234	6.114	2
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	261	265	(2)
Resultado positivo líquido dos investimentos	3.740	2.685	39
Outras receitas	4.938	2.096	136
Despesas administrativas	(8.134)	(7.231)	12
Administração previdencial	(5.852)	(5.206)	12
Pessoal e encargos	(2.515)	(2.254)	12
Treinamentos/congressos e seminários	(251)	(60)	318
Viagens e estadias	(147)	(137)	7
Serviços de terceiros	(743)	(730)	2
Despesas gerais	(1.451)	(1.348)	8
Depreciações e amortizações	(97)	(86)	13
Tributos	(643)	(588)	9
Outras despesas	(5)	(3)	67
Administração dos investimentos	(2.282)	(2.025)	13
Pessoal e encargos	(1.119)	(1.028)	9
Treinamentos/congressos e seminários	(51)	(20)	155
Viagens e estadias	(61)	(48)	27
Serviços de terceiros	(378)	(314)	20
Despesas gerais	(523)	(518)	1
Depreciações e amortizações	(14)	(12)	17
Tributos	(92)	(85)	8
Outras despesas	(44)	-	100
Sobra (insuficiência) da gestão administrativa	7.039	3.929	79
Constituição (reversão) do fundo administrativo	7.039	3.929	79
Fundo administrativo do exercício atual	35.403	28.364	25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações dos ativos líquidos por plano de benefícios - Benefício definido

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Varição (%)
Ativos	<u>524.853</u>	<u>488.484</u>	<u>7</u>
Disponível	4	15	(73)
Recebível	10.248	5.255	95
Investimento	<u>514.601</u>	<u>483.214</u>	<u>6</u>
Fundos de investimento	503.133	470.981	7
Investimentos imobiliários	8.844	9.029	(2)
Empréstimos e Financiamentos	2.624	3.204	(18)
Obrigações	<u>30.857</u>	<u>26.383</u>	<u>17</u>
Operacional	88	78	13
Contingencial	30.769	26.305	17
Fundos não previdenciais	<u>7.328</u>	<u>3.238</u>	<u>126</u>
Fundos administrativos	7.328	3.235	127
Fundos dos investimentos	-	3	(100)
Ativo líquido	<u>486.668</u>	<u>458.863</u>	<u>6</u>
Provisões matemáticas	369.396	335.836	10
Superávit técnico	77.959	88.326	(12)
Fundos previdenciais	39.313	34.701	13
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio Técnico	<u>77.959</u>	<u>88.326</u>	<u>(12)</u>
Ajuste de precificação	50.469	44.454	14
Equilíbrio técnico ajustado	<u>128.428</u>	<u>132.780</u>	<u>(3)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Benefício definido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	<u>458.864</u>	<u>449.423</u>	<u>2</u>
Adições	<u>73.743</u>	<u>55.730</u>	<u>32</u>
Contribuições	-	168	(100)
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	73.743	55.562	33
Destinações	<u>(45.939)</u>	<u>(46.289)</u>	<u>(1)</u>
Benefícios	(40.454)	(42.836)	(6)
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(4.365)	(2.160)	102
Custeio administrativo	(1.120)	(1.293)	(13)
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	<u>27.804</u>	<u>9.441</u>	<u>195</u>
Provisões matemáticas	33.560	14.085	138
Fundos previdenciais	4.611	(12.533)	(137)
Superávit técnico do exercício	(10.367)	7.889	(231)
Ativo líquido - final do exercício	<u>486.668</u>	<u>458.864</u>	<u>6</u>
Fundos não previdenciais	<u>7.328</u>	<u>3.238</u>	<u>126</u>
Fundos administrativos	7.328	3.235	127
Fundos dos investimentos	-	3	(100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios - Benefício definido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reals)

	2015	2014	Varição (%)
Provisões técnicas	517.525	485.249	7
Provisões matemáticas	369.396	335.836	10
Benefícios concedidos	363.243	330.687	10
Benefício definido	363.243	330.687	10
Benefício a conceder	6.153	5.149	19
Benefício definido	6.153	5.149	19
Equilíbrio técnico	77.959	88.326	(12)
Resultados realizados	77.959	88.326	(12)
Superávit técnico acumulado	77.959	88.326	(12)
Reserva de contingência	71.848	83.959	(14)
Reserva para revisão de plano	6.111	4.367	40
Fundos	39.313	34.704	13
Fundos previdenciais	39.313	34.701	13
Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	-	3	(100)
Exigível operacional	88	78	13
Gestão previdencial	84	74	14
Investimentos - Gestão previdencial	4	4	-
Exigível contingencial	30.769	26.305	17
Gestão previdencial	30.769	26.305	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações dos ativos líquidos por plano de benefícios - Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
Ativos	<u>1.051.826</u>	<u>1.005.623</u>	<u>5</u>
Disponível	664	366	81
Recebível	28.279	25.357	12
Investimento	<u>1.022.883</u>	<u>979.900</u>	<u>4</u>
Fundo de investimento	972.366	927.928	5
Investimentos imobiliários	13.528	13.810	(2)
Empréstimos e Financiamentos	36.989	38.162	(3)
Obrigações	<u>5.708</u>	<u>5.099</u>	<u>12</u>
Operacional	597	707	(16)
Contingencial	5.111	4.392	16
Fundos não previdenciais	<u>29.807</u>	<u>26.611</u>	<u>12</u>
Fundos administrativos	28.075	25.129	12
Fundos dos investimentos	1.732	1.482	17
Ativo líquido	<u>1.016.311</u>	<u>973.913</u>	<u>4</u>
Provisões matemáticas	1.011.153	969.192	4
Fundos previdenciais	5.158	4.721	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Contribuição definida

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	<u>973.913</u>	<u>926.494</u>	<u>5</u>
Adições	<u>115.246</u>	<u>106.831</u>	<u>8</u>
Contribuições	26.901	26.460	2
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	88.345	80.371	10
Destinações	<u>(72.848)</u>	<u>(59.412)</u>	<u>23</u>
Benefícios	(67.000)	(54.453)	23
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(734)	(138)	432
Custeio administrativo	(5.114)	(4.821)	6
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	<u>42.398</u>	<u>47.419</u>	<u>(11)</u>
Provisões matemáticas	41.961	48.588	(14)
Fundos previdenciais	437	(1.169)	(137)
Ativo líquido - final do exercício	<u>1.016.311</u>	<u>973.913</u>	<u>4</u>
Fundos não previdenciais	<u>29.807</u>	<u>26.611</u>	<u>12</u>
Fundos administrativos	28.075	25.129	12
Fundos dos investimentos	1.732	1.482	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios - Contribuição definida

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
Provisões técnicas	<u>1.023.751</u>	<u>980.494</u>	<u>4</u>
Provisões matemáticas	<u>1.011.153</u>	<u>969.192</u>	<u>4</u>
Benefícios concedidos	<u>468.520</u>	<u>387.440</u>	<u>21</u>
Contribuição definida	468.520	387.440	21
Benefício a conceder	<u>542.633</u>	<u>581.752</u>	<u>(7)</u>
Contribuição definida	<u>542.633</u>	<u>581.752</u>	<u>(7)</u>
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)	239.358	251.361	(5)
Saldo de contas - Parcela participantes	303.275	330.391	(8)
Fundos	<u>6.890</u>	<u>6.203</u>	<u>11</u>
Fundos previdenciais	5.158	4.721	9
Fundos dos Investimentos - Gestão previdencial	1.732	1.482	17
Exigível operacional	<u>597</u>	<u>707</u>	<u>(16)</u>
Gestão previdencial	580	695	(17)
Investimentos - Gestão previdencial	17	12	42
Exigível contingencial	<u>5.111</u>	<u>4.392</u>	<u>16</u>
Gestão previdencial	5.111	4.392	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“FAELBA” e ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, localizada à Avenida Tancredo Neves, 450, sala 3.302, Caminho das Árvores, Salvador-Ba, constituída em 31 de outubro de 1974 sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 1.681 de 6 de julho de 1979, publicada no DOU de 10 de julho de 1979, processo MPAS nº 301.855/79.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN divulgadas pelo Banco Central do Brasil, tendo como órgão fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ou instituídos, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e assegurar a seus participantes (ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seus planos de benefícios previdenciários mediante seus respectivos regulamentos.

De acordo com art. 34 Lei Complementar nº 109/01 a FAELBA é uma Entidade multipatrocinada que atualmente administra dois planos de benefícios previdenciários quais sejam:

a. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Denominado Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.740.005-83, é um plano coletivo, de característica solidária, onde os participantes e o patrocinador contribuem para o plano. Nesse modelo de plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos salários reais de contribuição (SRC), devidamente corrigidos pelos índices de reajuste salarial do patrocinador. O plano BD está fechado à novas adesões desde 30 de setembro de 1998. Além dos assistidos, o plano ainda conta com participantes ativos remanescentes do processo de migração.



b. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Denominado Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - FAELFLEX, é registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.980.036-47. Nesse modelo de plano, no momento da filiação do participante fica definido o valor que ele e o patrocinador vão contribuir mensalmente. Essas contribuições, do participante e do patrocinador, acrescidas das rentabilidades mensais, formam a reserva matemática do participante no plano de benefício. Esse montante será o suporte para o pagamento dos benefícios, quando o participante reunir as condições para se aposentar. Este plano encontra-se aberto à novas adesões.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- **das contribuições de suas patrocinadoras**, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, a própria FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e Tracol Serviços Elétricos Ltda. No plano de contribuição definida (CD), para os exercícios findos em 2015 e 2014, as patrocinadoras COELBA e FAELBA contribuíram com valor igual à contribuição do participante, mais 0,51% (0,51% em 2014) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 2,00% (2,00% em 2014) para cobertura das despesas administrativas. Para a patrocinadora Tracol ficou estabelecido o valor igual à contribuição do participante, mais 0,76% (0,76% em 2014) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 1,41% (1,41% em 2014) para cobertura das despesas administrativas.
- **das contribuições de seus participantes**, onde o participante do Plano CD no momento da sua filiação dispõe de cinco faixas de contribuição: 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição. Conjuntamente a isso, o patrocinador passa a contribuir com igual valor, formando a sua reserva matemática. Já para os participantes do Plano BD, em dezembro de 2010 ocorreu a quitação do Plano BD e consequente suspensão definitiva das contribuições, em decorrência do superávit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, conforme parecer atuarial.
- **dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos**, que obedecem ao disposto na Resolução nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, e suas alterações (Resoluções Bacen nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 e nº 3.846 de 25 de março de 2010), estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas dos planos de benefícios administrados pela Entidade.



Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possuía um total de 5.313 (5.082 em 2014) participantes, conforme composição a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Benefício definido	6	6	738	730	253	247	997	983
Contribuição definida	2.989 (*)	2.876 (*)	1.327	1.223	-	-	4.316	4.099
	<u>2.995</u>	<u>2.882</u>	<u>2.065</u>	<u>1.953</u>	<u>253</u>	<u>247</u>	<u>5.313</u>	<u>5.082</u>

(*) Este número contempla participantes em condições de vinculados, autopatrocinados e desligados.

PERFIS DE INVESTIMENTO

A FAELBA implantou os perfis de investimento para o plano misto de benefícios previdenciários nº 1 - FAELFLEX, a partir de março de 2008 possibilitando aos participantes desse plano, optar por uma das três modalidades de perfis:

O **perfil Básico**, onde os recursos são aplicados 100% em renda fixa, imóveis, operações com participantes e estruturados;

O **perfil Diferenciado**, onde o participante pode optar pela alocação de 10% a 50% da sua reserva matemática em renda variável; e

Implantado em Janeiro de 2014, o **perfil Conservador** aplica 100% do patrimônio em ativos indexados ao CDI e/ou SELIC em um fundo de renda fixa condominial fechado.



Os três perfis de investimento estão com as seguintes composições acumuladas das reservas em 31 de dezembro de 2015:

Perfil	Qtde de participantes	Volume de recursos (*)	Rentabilidade (%)
Básico	738	755.077	12,02
Diferenciado	2.593	113.898	(8,83)
Conservador	985	146.061	12,98
Total	4.316	1.015.036	

(*) Não incluído o saldo relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou o item IV do Anexo “B” da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, referente à Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL).

Para o exercício de 2015, em atendimento a Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, o valor de ajuste de precificação foi somado ao Equilíbrio técnico, resultando no Equilíbrio técnico ajustado. Para efeito de comparabilidade, reapresentamos o saldo do Equilíbrio técnico ajustado de 2014.



Com relação ao preenchimento da Demonstração do Plano Administrativo (DPGA) consolidada para o exercício de 2014, a PREVIC, em Ofício Circular nº 001 recebido pela Entidade em 23 de janeiro de 2015, emitiu uma orientação quanto à classificação contábil adotada para o registro dos tributos no exercício de 2013 a qual foi repetida para o registro dos valores contabilizados na conta “Tributos” para o exercício de 2014. Na demonstração de 2014, os valores de PIS/COFINS foram adicionados ao saldo da conta “Despesas gerais” e a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC e demais impostos adicionados ao saldo da conta “Outras despesas”. Para efeito de comparabilidade com exercício de 2015, a DPGA divulgada em 2014 foi reapresentada, onde aos valores de PIS/COFINS e a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC e demais impostos foram apresentados na conta de “Tributos”.

A estruturação contábil e as demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 3 (três) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, em consonância Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações, as quais sejam:

- **Gestão previdencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Gestão administrativa** - Atividade de registro e de controle das receitas e despesas administrativas, do ativo permanente, bem como dos fatos inerentes à administração dos planos de benefícios.

Os registros das operações administrativas são efetuados em um ambiente contábil denominado plano de gestão administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio chamado fundo administrativo, segregado por plano de benefícios.

- **Fluxo dos investimentos** - Atividade de registro e controle referentes à aplicação dos recursos da gestão previdencial e da gestão administrativa. Tais registros são efetuados em contas específicas dentro de cada gestão.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2016.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (ver Nota explicativa nº 13), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (ver Nota explicativa nº 12), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvidas nessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

a. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, são escrituradas pelo regime de competência.

b. Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

Para o plano BD são apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Para o plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos participantes. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.



c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

(i) PROVISÃO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

Na constituição da provisão referente aos créditos de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

(ii) PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

(iii) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem.



(iv) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do plano de benefícios.

- **Benefícios concedidos** - Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
- **Benefícios a conceder** - Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a nota técnica atuarial.

d. Ativo Realizável - Fluxo de Investimentos

Na gestão dos seus investimentos a Entidade utiliza a estrutura UNIFUNDO, onde os recursos financeiros são aplicados solidariamente entre os Planos de benefícios e a estrutura MULTIFUNDO que tem por característica a gestão individualizada dos recursos financeiros por planos de benefícios. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

(i) CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS/FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E MULTIMERCADO

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela “curva do papel”). As Resoluções CGPC nº 04/2002 e alterações e a nº 15/2005, permite às entidades fechadas de previdência complementar a marcação “pela curva do papel” em alguns títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos, desde que tais papéis sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.



Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em parecer atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados desses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

(ii) AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

(iii) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos. As receitas provenientes dos aluguéis são registradas no resultado, na rubrica Investimentos imobiliários na Gestão de investimentos.

(iv) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos. Entende-se por valor atualizado, o valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.



Os empréstimos a participantes são remunerados de acordo com os critérios abaixo:

Modalidade	Prazo	Participantes	Taxa de juros 2015	Taxa de juros 2014
Empréstimo pré-fixado	De 1 a 12 meses	Plano BD e CD	11,93% a.a	11,93% a.a
	De 13 a 24 meses		12,53% a.a	12,53% a.a
	De 25 a 36 meses		13,12% a.a	13,12% a.a
Empréstimo pós-fixado *	De 1 a 60 meses	Plano BD	INPC + 4,60% a.a	INPC + 4,60% a.a
	De 1 a 72 meses	Plano CD		
Empréstimo emergencial	Até 12 meses	Plano BD e CD	INPC + 4,60% a.a	INPC + 4,60% a.a

(*) Também chamado de empréstimo flutuante

Em novembro de 2015, por determinação do Conselho Deliberativo da FAELBA, foram suspensas novas concessões de empréstimo na modalidade pré-fixada, bem como concessões de empréstimos a participantes em situação de resgate parcelado.

Taxa de Risco

Taxa cobrada mensalmente sobre as parcelas dos empréstimos concedidos a participantes do Plano CD e no ato da concessão a empréstimos concedidos a participantes do Plano BD para constituição de fundos com a finalidade específica de liquidar o saldo devedor do participante em caso de falecimento.

Plano CD

Modalidade	Taxa de risco
Pré-fixado	0,03% a.m
Pós-fixado	0,03% a.m
Emergencial	0% a.m.

Plano BD

Faixa etária na concessão	Taxa de risco		Prazo máximo de amortização		
	Sem aval	Com aval	Pré fixado	Pós fixado	Emergencial
Até 60 anos	0,41%	-	36 meses	60 meses	12 meses
De 61 a 65 anos	0,80%	-	36 meses	60 meses	12 meses
De 66 a 70 anos	0,85%	Sim	36 meses	48 meses	12 meses
De 71 a 75 anos	1,06%	Sim	36 meses	24 meses	12 meses
Acima de 75 anos	1,34%	Sim	12 meses	12 meses	12 meses

e. Imobilizado (Permanente)

Estão registrados ao custo de aquisição e direito do uso de Software, deduzidos de depreciação e amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos.

f. Operações Administrativas

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na nota explicativa nº 14b.

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição definida que são efetuados com base no regime de caixa.



A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está composta conforme discriminado a seguir:

	2015	2014
Contribuições normais do mês		
Autopatrocinados	1	11
Outros recursos a receber		
Outros recursos a receber	-	1
Depósitos judiciais / recursais		
Depósitos judiciais	<u>3.123</u>	<u>2.236</u>
	<u><u>3.124</u></u>	<u><u>2.248</u></u>

8. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	2015	2014
Contribuições para custeio		
Responsabilidade de empregados	58	78
Responsabilidade de terceiros	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u><u>61</u></u>	<u><u>78</u></u>



9. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS E PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos consolidados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são apresentados a seguir:

	2015	2014
Fundos de investimento	<u>1.511.006</u>	<u>1.427.482</u>
Renda fixa	909.343	653.421
Ações	120.235	148.218
Multimercado	474.961	613.529
Participações	6.467	12.314
Investimentos imobiliários	<u>22.372</u>	<u>22.839</u>
Aluguéis e renda		
Uso próprio	1.552	1.579
Locadas a terceiros	5.621	5.745
Rendas de participações	15.199	15.515
Empréstimos e financiamentos	<u>39.613</u>	<u>41.366</u>
Empréstimos e financiamentos	<u>39.613</u>	<u>41.366</u>
	<u>1.572.991</u>	<u>1.491.687</u>



Investimentos por Plano

A Entidade aplica os recursos dos planos de benefícios nos segmentos conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e estão posicionados em 31 de dezembro de 2015 da seguinte forma:

	BD	CD	PGA	Total
Renda fixa				
Fundos de renda fixa	501.597	372.239	35.507	909.343
Multimercados	-	456.873	-	456.873
Renda variável				
Fundos de ações	-	113.195	-	113.195
Investimentos estruturados				
Participações	1.536	4.931	-	6.467
Multimercados	-	18.088	-	18.088
Investimentos no exterior				
Fundos de ações	-	7.040	-	7.040
	503.133	972.366	35.507	1.511.006
Imóveis	8.844	13.528	-	22.372
Operações com participantes	2.624	36.989	-	39.613
	514.601	1.022.883	35.507	1.572.991

Desempenho por Segmento de Investimentos

Segmentos	Rentabilidade dos Ativos Consolidada		Rentabilidade dos Ativos Plano BD		Rentabilidade dos Ativos Plano CD		Rentabilidade dos Ativos PGA	
	% Ano 2015	% Ano 2014	% Ano 2015	% Ano 2014	% Ano 2015	% Ano 2014	% Ano 2015	% Ano 2014
Renda fixa	14.21	11.52	16.70	12.46	12.75	10.97	13.16	10.91
Renda variável	(10.31)	(2.40)	-	5.42	(10.31)	(2.65)	-	-
Investimentos no exterior	46.04	20.57	-	-	46.04	20.57	-	-
Investimentos estruturados	(14.85)	2.87	(56.05)	(1.88)	(8.10)	4.16	-	-
Investimentos imobiliários	7.04	16.16	7.04	16.16	7.04	16.16	-	-
Operações com participantes	14.64	10.46	10.39	3.83	15.32	11.62	-	-
Total	11.47	9.94	15.87	12.24	9.26	8.78	13.16	10.91

Investimentos em Participações

No segundo semestre de 2013 a FAELBA fez aporte em ações da GTD Participações no Fundo de Investimentos em Participações denominado BNY MELLON GTD FIP que foi criado com o intuito de viabilizar o fechamento de capital e posterior extinção da GTD Participações.

O segmento apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio de R\$ 309 (R\$ 604 em 2014), conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
FIP GTD - CD	187	365
FIP GTD - BD	122	239
	309	604



Investimentos no Exterior

Considerando a necessidade de diversificação das estratégias, em maio de 2014 a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimentos no exterior, voltados à atuação global (companhias domiciliadas ou com atividades em países desenvolvidos e com alto crescimento em dividendos) e a mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá, dentre outros).

O segmento de investimento no exterior no plano CD apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o patrimônio de R\$ 7.040 (R\$ 4.000 em 2014).

Em atendimento a Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e CGPC nº 15 de 23 de agosto de 2005, respectivamente, a composição dos títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para Negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, devendo ser precificados a valor de mercado.

(ii) Títulos Mantidos Até O Vencimento

Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

A composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

g. Títulos para Negociação

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	TOTAL		PGA	BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para negociação	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366
Fundos de Investimentos	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366
Renda Fixa	376	31.997	41.968	35.507	6.461	-
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF	19	24.893	35.507	35.507	-	-
LFT	2	12.568	15.512	15.512	-	2016 a 2020
LTN	17	12.325	13.103	13.103	-	2017 a 2019
Op Compromissadas LTN-O	8	6.884	6.887	6.887	-	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	4	4	-	-
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	356	7.104	6.461	-	6.461	-
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	355	1.908	1.908	-	1.908	-
DEBENTURES	1	5.196	4.577	-	4.577	-
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(25)	-	(25)	-
Ações	80.682	219.890	211.368	-	-	211.368
FT FEF CD FIA	2.375	48.308	43.184	-	-	43.184
Ações	2.326	45.682	40.058	-	-	40.058
Cotas de Fundo	49	2.626	2.626	-	-	2.626
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	500	-	-	500
Cotas de Fundos Abertos	78.307	171.582	168.185	-	-	168.185
GAVEA ACOES FIC FIA	33	6.427	5.942	-	-	5.942
BB PREV IMAB5+ RF TP	12.796	19.697	19.805	-	-	19.805
CAIXA IMA-B5 RF LP	28.465	48.627	53.241	-	-	53.241
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	5.146	-	-	5.146
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	8.800	-	-	8.800
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.270	-	-	1.270
HSBC DEVL MKT FIM IEP	1.623	2.000	3.481	-	-	3.481
ARX FIA	407	13.030	4.000	-	-	4.000
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.135	-	-	7.135
POLLUX ACOES INST I	4.071	6.427	6.181	-	-	6.181
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	4.795	-	-	4.795
GUEPARDO INST 60 FIA	1.557	2.000	1.129	-	-	1.129
BB MM BLACKROCK IE	1.809	2.000	3.559	-	-	3.559
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	7.564	-	-	7.564
GUEPARDO INST.FICFIA	1.775	3.739	2.396	-	-	2.396
BTGPACTUAL DIVID FIA	5.916	15.264	13.559	-	-	13.559
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	2.666	-	-	2.666
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.702	-	-	1.702
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.170	-	-	2.170
VICTOIRESMALL CAPFIA	701	1.500	790	-	-	790
SAFRA GALILEO FI MM	23	6.000	7.018	-	-	7.018
FIASULAMTARPOGVERI	5	5.475	5.839	-	-	5.839



Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação							
Multimercados	8.984	417.855	456.873	-	-	456.873	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	37	119.679	129.180	-	-	129.180	
LF	0	8.157	9.818	-	-	9.818	2016 a 2018
LFT	9	61.643	68.229	-	-	68.229	2018 a 2020
LTN	1	636	632	-	-	632	2019
NTN-B	15	39.970	41.295	-	-	41.295	2016 a 2055
NTN-F	4	3.212	2.969	-	-	2.969	2021 a 2025
LFS	0	600	730	-	-	730	2022
Op Compromissadas LTN-O	7	5.461	5.464	-	-	5.464	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	45	-	-	45	
ITAU FIM FEF CD	25	114.263	122.888	-	-	122.888	
LF	0	15.300	17.800	-	-	17.800	2016 a 2018
LFT	8	54.855	60.460	-	-	60.460	2017 a 2020
Opções	-	20	0	-	-	0	
NTN-B	17	44.088	44.644	-	-	44.644	2016 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(16)	-	-	(16)	
HSBC FIM FEF CD	5.653	128.595	145.264	-	-	145.264	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	1.702	9.154	9.154	-	-	9.154	
DEBENTURES	1	4.249	5.454	-	-	5.454	2018 a 2020
LF	0	14.700	17.477	-	-	17.477	2016 a 2017
LFS	0	3.600	3.856	-	-	3.856	2017
LFT	7	42.924	48.605	-	-	48.605	2016 a 2021
LTN	27	22.414	27.979	-	-	27.979	2016
NTN-B	10	25.028	26.938	-	-	26.938	2016 a 2023
NTN-F	6	6.021	5.262	-	-	5.262	2021
Swap	3.900	504	504	-	-	504	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	36	-	-	36	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	3.269	55.318	59.540	-	-	59.540	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	3.261	18.448	18.448	-	-	18.448	
CHE 9 FIDC SEN	1	727	727	-	-	727	
FIDC RCI BRASIL I	1	554	554	-	-	554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	263	263	-	-	263	
FIDC MONSANTO II 2S	0	397	397	-	-	397	
FIDC EXODUS 04 EMIS	0	300	300	-	-	300	
PLURAL CAPINSTFICFIM	1.795	3.465	3.465	-	-	3.465	
PLURAL INST 15 FIC	825	1.101	1.101	-	-	1.101	
SILVERADO 6 SER MAX	1	567	567	-	-	567	
SULAMERICAEXCELLENDI	116	6.025	6.025	-	-	6.025	
SULAM INFLATIE FIRFL	93	2.154	2.154	-	-	2.154	
Sul America Ind FIRF	239	2.894	2.894	-	-	2.894	
DEBENTURES	1	2.760	3.517	-	-	3.517	2018 a 2020
LF	0	4.201	4.460	-	-	4.460	2016 a 2017
LFSN	0	10.800	12.158	-	-	12.158	2021 a 2022
LFT	2	13.795	15.654	-	-	15.654	2019 a 2021
Op Compromissadas LTN-O	6	5.314	5.317	-	-	5.317	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(14)	-	-	(14)	
Referenciado	53	290.566	299.193	-	-	299.193	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	53	290.566	299.193	-	-	299.193	
LFT	33	235.611	244.193	-	-	244.193	2016 a 2021
Op Compromissadas NTN-O	20	54.955	55.013	-	-	55.013	2017
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(12)	-	-	(12)	
Participações	1	-	6.468	-	1.536	4.931	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0	-	4.444	-	1.414	3.030	
Cotas de Fundos - BNY Mellon GTD FIP	0	-	309	-	122	187	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	0	-	1.714	-	-	1.714	

Em 31 de dezembro de 2014

Descrição	TOTAL		PGA	BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Titulos para negociação	9.367.506	905.054	969.525	28.573	13.025	927.927
Fundos de Investimentos	9.367.506	905.054	969.525	28.573	13.025	927.927
Renda Fixa	798	30.870	37.918	28.573	9.345	-
FEF PGA FI RF	15	21.964	28.573	28.573	-	-
LFT	2	12.568	13.696	13.696	-	2016
LTN	13	9.115	9.742	9.742	-	2015 a 2017
NTN-B	0	282	291	291	-	2015 a 2050
Op Compromissadas LTN-O	-	-	4.861	4.861	-	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(17)	(17)	-	-
FEF FI RF ATUARIAL BD HSBC	783	8.906	9.345	-	9.345	-
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	781	3.710	3.710	-	3.710	-
DEBENTURES	2	5.196	5.653	-	5.653	-
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(18)	-	(18)	-
Ações	68.184	301.106	316.605	-	-	316.605
FEF FT CD Fia	3.420	66.590	65.588	-	-	65.588
Ações	3.379	64.627	63.076	-	-	63.076
Cotas de Fundo	41	1.963	1.963	-	-	1.963
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	548	-	-	548
Cotas de Fundos Abertos	64.764	234.516	251.018	-	-	251.018
GAVEA ACOES FIC FIA	33	6.427	6.562	-	-	6.562
BRAD REF DI FEDERAL	21.092	142.999	157.546	-	-	157.546
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	9.747	-	-	9.747
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.161	-	-	1.161
HSBC DEVL MKT FIM IEP	1.623	2.000	2.487	-	-	2.487
ARX FIA	407	13.030	4.662	-	-	4.662
PLURAL EHGE30 FICFIM	2.931	3.500	3.765	-	-	3.765
POLLUX AÇOES INST I	4.071	6.427	6.117	-	-	6.117
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	4.803	-	-	4.803
GUEPARDO INST 60 FIA	1.557	2.000	1.770	-	-	1.770
BB MM BLACKROCK IE	1.809	2.000	2.334	-	-	2.334
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	8.464	-	-	8.464
GUEPARDO INST.FICFIA	1.775	3.739	3.757	-	-	3.757
PACTUAL DIVID II FIA	16.275	13.523	17.992	-	-	17.992
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	2.225	-	-	2.225
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	2.748	-	-	2.748
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	3.235	-	-	3.235
VICTOIRESMALL CAPFIA	701	1.500	1.063	-	-	1.063
SAFRA GALILEO FI MM	14	3.500	3.691	-	-	3.691
FIASULAMTARPONGOVERI	5	5.475	6.889	-	-	6.889



Descrição	TOTAL		PGA	BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação						
Multimercado	8.412	573.078	602.687	-	-	602.687
<u>FEF FIM SANTANDER</u>	83	99.698	102.061	-	-	102.061
DEBENTURES	-	744	261	-	-	261 2015
LF	-	7.375	8.131	-	-	8.131 2015 a 2016
LFT	2	16.147	17.115	-	-	17.115 2015 a 2019
NTN-B	10	25.386	26.343	-	-	26.343 2015 a 2050
NTN-F	1	1.123	1.152	-	-	1.152
LFS	0	1.200	1.302	-	-	1.302 2022
Op Compromissadas LTN-O	70	47.723	47.744	-	-	47.744 2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	13	-	-	13
<u>FEF ITAU CD FIM</u>	29	150.696	158.930	-	-	158.930
LF	-	16.800	17.077	-	-	17.077 2016 a 2017
LFT	17	102.669	110.173	-	-	110.173 2015
NTN-B	12	31.227	31.686	-	-	31.686 2015 a 2050
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(7)	-	-	(7)
<u>FEF BAHIA CD FIM</u>	150	166.196	175.984	-	-	175.984
DEBENTURES	-	2.375	2.214	-	-	2.214 2015 a 2018
LF	-	5.000	5.535	-	-	5.535 2016
LFT	5	32.178	34.975	-	-	34.975 2016 a 2020
LTN	89	61.361	65.605	-	-	65.605 2016 a 2018
NTN-B	9	22.984	23.959	-	-	23.959 2015 a 2019
LFS	-	4.500	6.024	-	-	6.024 2020
Op Compromissadas LTN-O	46	37.797	37.781	-	-	37.781 2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(109)	-	-	(109)
<u>FEF HSBC CD FIM</u>	4.493	105.192	113.155	-	-	113.155
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	541	2.570	2.570	-	-	2.570
DEBENTURES	1	4.249	5.007	-	-	5.007 2018 a 2020
LF	-	11.100	11.730	-	-	11.730 2016
LFS	-	3.600	3.827	-	-	3.827 2017
LFT	3	19.532	21.737	-	-	21.737 2015 a 2020
LTN	27	22.414	24.981	-	-	24.981 2016
NTN-B	15	35.396	37.060	-	-	37.060 2015 a 2050
NTN-F	6	6.021	5.933	-	-	5.933 2021
Swap	3.900	311	311	-	-	311 2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	2	-	-	2
<u>SULAMÉRICA FAELBA INEMA FIM</u>	3.657	51.296	52.558	-	-	52.558
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	3.653	21.798	21.798	-	-	21.798
CHE 9 FIDC SEN	1	722	722	-	-	722
QUEST YIELD FIC FIRF	410	507	507	-	-	507
FIDC EXODUS 04 EMIS	-	467	467	-	-	467
PLURAL CAPINSTFICFIM	1.795	3.023	3.023	-	-	3.023
PLURAL INST 15 FIC	825	963	963	-	-	963
SILVERADO 6 SER MAX	1	809	809	-	-	809
SULAMERICAEXCELLENDI	185	8.424	8.424	-	-	8.424
SULAM INFLATIE FIRFL	198	4.249	4.249	-	-	4.249
Sul America Ind FIRF	239	2.635	2.635	-	-	2.635
DEBENTURES	1	1.400	1.422	-	-	1.422 2015 a 2020
LF	-	551	589	-	-	589 2015 a 2016
LFS	-	5.100	5.491	-	-	5.491 2021
LFT	3	21.905	22.684	-	-	22.684 2015 a 2020
NTN-B	-	340	376	-	-	376 2050
Op Compromissadas LTN-O	-	202	202	-	-	202 2015
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(5)	-	-	(5)
Participações	9.290.112	-	12.314	-	3.680	8.634
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	-	-	10.814	-	3.441	7.373
Cotas de Fundos - BNY Mellon GTD FIP	-	-	604	-	239	365
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	9.290.112	-	896	-	-	896

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data de encerramento do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhia abertas, cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data de publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

h. Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	BD			VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	162	368.433	495.136	
Fundos de Investimentos	162	368.433	495.136	
Renda Fixa	162	368.433	495.136	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	162	368.433	495.136	
LFT	2	13.563	17.600	2017
LFT	1	3.429	4.450	2018
LFT	1	4.235	5.494	2019
LFT	1	8.922	10.352	2020
NTN-B	6	11.009	17.663	2017
NTN-B	3	5.171	7.816	2020
NTN-B	31	53.747	83.916	2024
NTN-B	6	14.602	17.149	2030
NTN-B	31	52.742	80.313	2035
NTN-B	25	57.710	74.464	2040
NTN-B	44	116.410	141.772	2050
NTN-B	6	15.479	16.128	2055
NTN-C	2	3.519	5.705	2017
NTN-C	4	7.896	12.313	2021



Em 31 de dezembro de 2014

Descrição	BD			VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	161	371.917	457.957	
Fundos de Investimentos	161	371.917	457.957	
Renda Fixa	161	371.917	457.957	
FEF FI RF ATUARIAL HSBC	161	371.917	457.957	
LFT	4	23.703	27.157	2017
LFT	1	3.429	3.929	2018
LFT	1	7.174	8.217	2019
LFT	2	13.077	13.395	2020
NTN-B	6	9.763	14.088	2015
NTN-B	6	11.009	15.898	2017
NTN-B	3	5.171	7.049	2020
NTN-B	31	53.747	75.552	2024
NTN-B	4	9.769	11.070	2030
NTN-B	31	52.742	72.515	2035
NTN-B	25	57.710	67.414	2040
NTN-B	42	113.208	125.455	2050
NTN-C	2	3.519	5.130	2017
NTN-C	4	7.896	11.089	2021

Os títulos da FAELBA mantidos até o vencimento têm prazos entre 2017 a 2055.



De acordo com o estudo de fluxo das obrigações ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade realizou no exercício de 2015 operações de alongamento de títulos públicos federais dentro do Fundo de Investimentos do Plano BD denominado FEF - HSBC FI RENDA FIXA FEF ATUARIAL BD (compras de NTN-Bs com vencimentos em 2030, 2050 e 2055), conforme descrito na tabela abaixo:

Data da operação	Título	Vencimento	C/V	Qtde	Taxa de carregamento	Taxa negociada
25/05/2015	NTN-B	15/08/2016	C	4.500	-	7,0500%
03/06/2015	NTN-B	15/05/2055	C	4.100	-	5,9800%
03/12/2015	NTN-B	15/08/2016	V	4.500	7,0500%	5,7910%
03/12/2015	NTN-B	15/08/2030	C	1.915	-	7,1500%
03/12/2015	NTN-B	15/08/2050	C	1.310	-	7,0290%
03/12/2015	NTN-B	15/05/2055	C	1.890	-	6,9690%

O objetivo apontado pelo estudo do fluxo das obrigações ALM foi ajustar a liquidez dos ativos do Plano BD a suas necessidades atuariais e mitigar o risco de re-investimento, já que os títulos públicos adquiridos possuíam taxas superiores a meta atuarial (INPC + 4,10% a.a em 2015), tendo como efeito a melhora da solvência patrimonial do plano.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

Ajuste de Precificação

A FAELBA adotou desde o exercício de 2014 a precificação de ativos em consonância com as Resoluções MPS/PREVIC/DC nº 15 e 16, ambas de 12 de novembro de 2014.



O valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos até vencimento para o exercício de 2015 foi de R\$ 50.469 (R\$ 44.454 em 2014), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Vencimento	Quantidade	PU Taxa de aquisição	PU recalculado	Vir. contábil	Vir. ajustado	Ajuste
NTN-B	15/05/2017	6.368	2.774	2.861	17.663	18.221	558
NTN-B	15/08/2020	2.800	2.791	3.049	7.815	8.538	723
NTN-B	15/08/2024	31.191	2.691	3.207	83.930	100.041	16.111
NTN-B	15/08/2030	6.273	2.731	3.401	17.149	21.334	4.185
NTN-B	15/05/2035	30.548	2.630	3.484	80.331	106.418	26.087
NTN-B	15/05/2035	1.500	2.883	3.635	4.324	5.453	1.129
NTN-C	01/07/2017	1.667	3.422	3.548	5.705	5.914	209
NTN-C	01/04/2021	3.722	3.308	3.702	12.312	13.779	1.467
					229.229	279.698	50.469

i. Investimentos Imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2014	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2015
Uso próprio	1.566	(28)	1.538
Locados a terceiros	5.710	(108)	5.602
Rendas de participações	15.515	(316)	15.199
	22.791		22.339
Aluguéis a Receber	48		33
	22.839		22.372



A Entidade possui imóvel locado à patrocinadora em condições normais de mercado e mantém contrato de seguro contra incêndio e riscos diversos para a carteira imobiliária, em montante que considera suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa dos direitos a receber de aluguéis sobre investimentos imobiliários, no valor de R\$ 341 (R\$ 463 em 2014), conforme estabelecido na legislação vigente.

j. Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está a seguir demonstrado:

	<u>Plano BD</u>		<u>Plano CD</u>		<u>Total</u>	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos a participantes	<u>2.623</u>	<u>3.204</u>	<u>36.990</u>	<u>38.162</u>	<u>39.613</u>	<u>41.366</u>
	<u>2.623</u>	<u>3.204</u>	<u>36.990</u>	<u>38.162</u>	<u>39.613</u>	<u>41.366</u>

A FAELBA apresenta os fatos relevantes ocorridos no exercício de 2015 para o segmento:

1. Foram suspensas novas concessões de empréstimo na modalidade pré-fixada, bem como concessões de empréstimos a participantes em situação de resgate parcelado;
2. A concessão de empréstimos a participantes, assistidos e pensionistas do plano BD, acima 65 anos (75 anos em 2014), deve ser realizada mediante emissão de nota promissória por um avalista com renda devidamente comprovada e compatível com o valor da operação;
3. Limite de 80 anos como idade máxima para as novas concessões de empréstimos no plano BD, anteriormente sem limitação de idade; e
4. Reconhecimento da perda do saldo de empréstimos na modalidade pós-fixado após a Entidade ter esgotado todos os recursos administrativos para a cobrança do saldo a receber e não passível de recuperação judicial. Foram liquidados 17 contratos no montante de R\$ 590, sendo R\$ 552 para o plano BD e R\$ 38 para o plano CD.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa à inadimplência de operações de empréstimos e financiamentos, constituída conforme estabelecido na legislação vigente, possuía em dezembro de 2015 um saldo de R\$ 4.598 (R\$ 4.347 em 2014).



10. PERMANENTE (GESTÃO ADMINISTRATIVA)

O ativo permanente corresponde a R\$ 464 (R\$ 471 em 2014) e sua composição está demonstrada abaixo:

	2015	2014
Instalações	150	176
Móveis e utensílios	59	65
Máquinas e equipamentos	65	75
Equipamentos de informática	138	105
<i>Software</i>	52	49
Marcas e patentes	-	1
	<u>464</u>	<u>471</u>

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

	2015	2014
Benefícios a pagar	7	5
Retenções a recolher	505	642
Recursos antecipados	35	32
Outras exigibilidades	117	91
	<u>664</u>	<u>770</u>



Gestão Administrativa

	2015	2014
Contas a pagar		
Fornecedores	196	181
Pessoal	378	489
Credores diversos	72	66
Retenções a recolher	36	44
Tributos a recolher	67	32
	<u>749</u>	<u>812</u>

Investimentos

	2015	2014
Investimentos imobiliários	6	5
Empréstimos e financiamentos	8	8
Relacionados com o disponível	7	2
	<u>21</u>	<u>15</u>

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FAELBA registra os valores de depósitos judiciais efetuados, bem como as expectativas de perda das ações classificadas como possíveis e prováveis das demandas judiciais relativas aos seus planos de benefícios previdenciários de acordo com os relatórios mensais das consultorias jurídicas relativos às ações cíveis, trabalhistas e fiscais ajuizadas.



A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 35.881 (R\$ 30.697 em 2014) segregadas por planos previdenciais conforme a seguir:

	2015	2014
<i>Plano BD</i>		
Possível	15.168	14.050
Provável	<u>15.602</u>	<u>12.255</u>
	30.770	26.305
<i>Plano CD</i>		
Possível	1.771	1.485
Provável	<u>3.340</u>	<u>2.907</u>
	5.111	4.392
	<u>35.881</u>	<u>30.697</u>

a. Contingências Ativas

Reparação de Danos

A FAELBA em conjunto com seu patrocinador COELBA moveu ação ordinária de reparação de danos contra seu ex-diretor administrativo-financeiro, cuja gestão ocorreu no período de maio de 1991 a agosto de 1992, por entender que foram prejudicadas em decorrência de atos do diretor administrativo financeiro da Fundação. Em 30 de dezembro de 2003 foi publicada sentença de primeira instância condenando o réu ao ressarcimento dos prejuízos causados no valor de R\$ 19.853. Em virtude do teor da decisão as partes recorreram para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Os autos foram recebidos em 2010 no TJ/BA para prosseguimento da análise das apelações interpostas e recebidas pelo juízo.

Em 3 de abril de 2012 as apelações interpostas pelas partes foram encaminhadas para julgamento, tendo sido negado provimento ao apelo do ex-diretor e mantida a sentença de 1ª Instância, dando provimento ao recurso da COELBA/FAELBA para fazer incidir na condenação a correção monetária pelo INPC e juros de mora pela taxa SELIC da data da prolação da sentença até o dia do efetivo pagamento.

Em outubro de 2013, após a certidão do transitado em julgado, o processo contendo 30 volumes foi encaminhado ao Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública para seus devidos fins.

Em 19 de setembro de 2014 a FAELBA e COELBA juntaram-se ao processo de petição requerendo cumprimento da sentença ficando no aguardo do despacho do juiz.



Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

A OFND foi criada em 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.288, cujo objetivo era o de financiar o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na ampliação das atividades econômicas do país. A ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na qualidade de substituta processual das suas filiadas ajuizou ação em 1991, com o objetivo de assegurar às associadas o refazimento dos cálculos com a atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento e, dos respectivos rendimentos, adotando-se o IPC no lugar do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos. Em 2011 a ABRAPP deu início ao processo de Execução. Em 14 de outubro de 2011 a Entidade recebeu o Ofício nº 4650/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência à ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND movida pela ABRAPP a favor de suas associadas contra a União Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em face da decisão judicial favorável às EFPC e considerando a manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC, quanto ao registro contábil da ação em curso, informa que na atual fase do processo não é possível apurar os valores devidos ainda pendentes de liquidação e não há embasamento jurídico para o registro contábil.

Em atenção ao princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC de nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC de nº 1.282/2010 e a Resolução CFC de nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a PREVIC determinou as EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil.

A FAELBA não tem contabilizado nenhum ativo ou contingências, referente a expurgos inflacionários incidentes sobre OFND, decisão tomada por não encontrar documentos comprobatórios suficientes para os cálculos.

Em setembro de 2014 foi julgado o Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP em face da decisão que determinou a execução do acórdão onde foi reconhecido que as OFND's adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada ação individualmente, por cada entidade. O acórdão trouxe por a necessidade de uma liquidação de sentença, com vistas a apurar de forma individualizada o crédito de cada entidade filiada, uma vez que cada instituição adquiriu uma quantidade específica de OFND's.

No final do exercício de 2015 foram distribuídos os processos de liquidação de sentença tendo a FAELBA ficado enquadrada no Grupo G-9 de acordo com o deliberado em Assembleia da ABRAPP. A Entidade segue aguardando o julgamento.



b. Contingências Passivas

Mandado de Segurança do Pis e da Cofins

Em agosto de 2007, a FAELBA, por entender indevida a cobrança do PIS e COFINS em função da sua atividade, impetrou através do escritório Linhares & Advogados Associados o mandado de segurança para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS. O processo já foi sentenciado e acolhido parcialmente o pleito formulado, assim a FAELBA interpôs recurso de apelação para reformar a decisão, que está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

A FAELBA enquanto aguarda julgamento do recurso, continua efetuando o recolhimento dos tributos de acordo com a legislação vigente.

Auto de infração - CSLL

Em dezembro de 2005 foi lavrado Auto de Infração referente ao lançamento de constituição de crédito tributário de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativa aos períodos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 no valor de R\$ 73.152.

Em janeiro de 2006 a Fundação impugnou o Auto através do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados e não efetuou provisão contábil deste montante por entender, conforme parecer jurídico, ser remota a probabilidade de perda para os exercícios de 1997 e 1998, por conta da decadência, reconhecida pela DRJ - de Salvador - Receita Federal do Brasil - RFB e possível relativo ao mérito para os exercícios de 1999 a 2001, a probabilidade de execução da referida exigência fiscal. Em janeiro de 2014 os autos foram remetidos para o Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais onde aguardam o julgamento.

13. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Para atendimento da Resolução CGPC nº 18 de 28 de março de 2006 e da Resolução CNPC nº 9 de 29 de novembro de 2012 e suas alterações, que estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos planos de benefícios da FAELBA no encerramento do exercício de 2015, foram apresentadas através de relatório atuarial e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Os cálculos atuariais são efetuados pela Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda., atuários independentes contratados pela Entidade.



O parecer do atuário independente relativo ao exercício de 2015 foi datado de 29 de fevereiro de 2016 (20 de fevereiro de 2015 para o exercício de 2014).

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2015 e 2014:

Exercício 2015

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,10%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%	q_x da CSO-58*
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para o patrocinador Tracol.



Exercício 2014

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,10%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	1,42% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%	q_x da CSO-58*
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para o patrocinador Tracol.

Em 31 de dezembro de 2015, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

Consolidado

	2015	2014
Benefícios concedidos	<u>831.763</u>	<u>718.127</u>
Contribuição definida	468.520	387.440
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	363.243	330.687
Benefícios a conceder	<u>548.786</u>	<u>586.901</u>
Contribuição definida	546.516	594.826
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	5.725	4.847
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	428	302
Resíduo valoração mensal de cotas	(3.883)	(13.074)
Equilíbrio técnico	<u>77.959</u>	<u>88.326</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.458.508</u>	<u>1.393.354</u>

Plano BD

	2015	2014
Benefícios concedidos	<u>363.243</u>	<u>330.687</u>
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	363.243	330.687
Benefícios a conceder	<u>6.153</u>	<u>5.149</u>
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	5.725	4.847
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	428	302
Equilíbrio técnico	<u>77.959</u>	<u>88.326</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>447.355</u>	<u>424.162</u>



Plano CD

	2015	2014
Benefícios concedidos	<u>468.520</u>	<u>387.440</u>
Contribuição definida	468.520	387.440
Benefícios a conceder	<u>542.633</u>	<u>581.752</u>
Contribuição definida	546.516	594.826
Resíduo valoração mensal de cotas	(3.883)	(13.074)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.011.153</u>	<u>969.192</u>

As provisões matemáticas do plano de benefício definido (BD) foram constituídas com base nos cálculos atuariais. As provisões matemáticas do plano de contribuição definida (CD) foram constituídas com base no somatório dos créditos acumulados e capitalizados nas contas individuais dos participantes. O equilíbrio técnico é apurado pela diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas.

A situação financeiro-actuarial do plano de benefícios previdenciários (BD) N° 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior) bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, inclusive a manutenção da adoção da taxa real de juros de 4,10% ao ano, com exceção da hipótese de tábua de mortalidade geral AT 2000 desagravada em 15%, da adoção do crescimento real de salário de 2,43% ao ano e da adoção do novo H_x , apresentou após a destinação voluntária parcial no total de R\$ 15.696 da Reserva para Revisão de Plano calculada na posição de 31 de dezembro de 2015, um superávit técnico acumulado de R\$ 77.959, equivalente a 21,10% do patrimônio de cobertura do plano, então existentes, de R\$ 447.354.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e suas alterações, foram suspensas em definitivo todas as contribuições do plano BD, parte participante e a contrapartida patronal, conforme estabelecido na avaliação atuarial. Os valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano, correspondem ao valor presente dos benefícios do plano referido no inciso I do artigo 25 da citada Resolução.



A rentabilidade nominal líquida do plano de benefício definido (BD) obtida ao longo de 2015, foi de 18,41% (12,99% em 2014), contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 15,52 % (10,12% em 2014) o que, em termos reais, representou obter 6,70 % (6,97% em 2014), contra uma expectativa atuarial de 4,10% ao ano, aplicado o INPC do IBGE, com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do plano.

A rentabilidade líquida do plano de contribuição definida (CD) expressada pela variação positiva da cota que ao longo de 2015 foi de 12,02% (11,16% em 2014) para o perfil Básico e 12,98% (10,30% em 2014) para o perfil Conservador e variação negativa da cota de 8,83% (negativa de 2,78% em 2014) para o perfil Diferenciado.

Taxa de Juros

A partir de estudos técnicos e atuariais realizados pela Entidade foi mantida a da taxa de juros do plano BD de 4,10% a.a., observando o limite máximo correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, reduzida em ao menos 1% (um ponto percentual), para destinação voluntária parcial da reserva especial para revisão de plano apurada com base nos resultados da reavaliação atuarial de 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 15.696 conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 e suas alterações, destacado abaixo:

Taxa de juros	Taxa mínima	Taxa máxima	Taxa limite	Taxa adotada na avaliação
Valor (% a.a.)	3,66%	5,63%	4,63%	4,10%

Ajuste de Precificação

A Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 altera a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e traz como principais alterações os avanços na precificação dos passivos atuariais dos planos de benefícios, o reforço da necessidade de adequação das premissas às características dos planos e a padronização da forma de cálculo da duração do passivo (duration). Ver Nota explicativa 9.b.

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit. A FAELBA adotou a referida Resolução desde o exercício de 2014, estando aderente as premissas para apurar o resultado, destinar e utilizar o valor registrado como reserva especial para revisão de plano.



Segundo o art.11 o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2015	2014	Variação (%)
Equilíbrio Técnico (a)	<u>77.959</u>	<u>88.326</u>	<u>(12)</u>
Ajuste de precificação (b)	50.469	44.454	14
Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	<u><u>128.428</u></u>	<u><u>132.780</u></u>	<u><u>(3)</u></u>

Nova Regra de Solvência

A Resolução CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, estabelece critérios para destinação e utilização do superávit dos planos de benefícios previdenciários, em função da duration do passivo atuarial, ou seja, o horizonte de tempo dos fluxos de caixa dos planos de benefícios. Anterior à Resolução nº 22, quando da ocorrência de superávit, esse deveria ser registrado na reserva de contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas. Com o advento da Resolução nº 22, o limite da reserva de contingência passa a ser proporcional a duração do passivo do plano, dado pela fórmula $10\% + (\text{duration} \times 1\%)$.

Sendo a *duration* do plano BD de 9,45 anos foi adotado para cálculo da reserva de contingência o limite de 19,45% das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2015, em substituição ao limite de 25% adotado no encerramento do exercício de 2014, conforme estabelecido pelas novas regras apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

Foi publicada pela PREVIC, em 10 de março de 2016, a Instrução Nº 26 com orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a execução da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.



Da Destinação da Reserva Especial

A destinação voluntária parcial da reserva de revisão de plano no valor de R\$ 15.696 apurado no exercício de 2015, distribuídos à razão de 53,43% para participantes e assistidos e 46,56% para o patrocinador, com base nas contribuições normais, se apresenta conforme segue:

Distribuição	2015
Assistidos	8.288
Participantes	99
Patrocinador	<u>7.309</u>
Total	15.696

14. FUNDOS

a. Fundos Previdenciais

Constituído para dar garantias aos respectivos planos de benefícios previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.

a.1 Plano BD

Em conformidade com o disposto na Resolução MPS/CGPC Nº 26 de 29 de setembro de 2008, alterada Resolução MPS/CNPC nº 10 de 19 de dezembro de 2012, que estabelece critérios para apuração do resultado, destinação e utilização do superávit das EFPC, o valor registrado como reserva para revisão do plano (que corresponde à parcela do superávit excedente ao valor registrado como reserva de contingência) na posição de 31 de dezembro de 2015, está sendo utilizado para concessão de “benefício temporário” para os participantes com a devida contrapartida do patrocinador COELBA, registrado em fundo específico e cuja reversão deve ser aprovada pela PREVIC.



Abaixo apresentamos os saldos na posição 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Conta	Nome da conta	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
23210000000	Fundos previdenciais	<u>39.313</u>	<u>34.701</u>
23210200000	Revisão de plano	38.620	30.427
	Fundo benefício temporário participantes	100	592
	Fundo benefício temporário assistidos	8.598	3.998
	Fundo COELBA	29.922	25.837
23210300000	Outros - Previsto em nota técnica atuarial	693	4.274
	Fundo adm DRAA 2004	-	4.274
	Participantes	693	-

Revisão de Plano

Fundo Benefício Temporário Participantes: R\$ 100

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários a serem pagos aos ativos, inclusive autopatrocinados e optantes pelo BPD, no ato da aposentadoria.

Para o exercício de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 4 (quatro) benefícios temporários.

Fundo Benefício Temporário Assistidos: R\$ 8.598

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários oriundo da distribuição do superávit.

Para o exercício de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 4 (quatro) benefícios temporários a serem pagos conforme critérios estabelecidos pela PREVIC.



Fundo COELBA: R\$ 29.922

Constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários pagos aos participantes e assistidos.

(i) Fundo Coelba - Revertido 2015: R\$ 20.441 (R\$ 23.995 Em 2014)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 destinados aos participantes e assistidos.

No exercício de 2014 a FAELBA solicitou aprovação da PREVIC para reversão do saldo deste fundo. Em Fevereiro de 2015 a PREVIC por meio do Ofício nº 3410/CGTR/DITEC/PREVIC de PREVIC aprovou a reversão em 36 parcelas do fundo especial ao patrocinador . Por solicitação da patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do plano CD, ciclo iniciado a partir de março de 2015.

(ii) Fundo Coelba: R\$ 2.172 (R\$ 1.841 Em 2014)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2014.

(iii) Fundo Coelba - Distribuição Superávit: R\$ 7.309

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2015.

Para o exercício de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou a destinação ao patrocinador COELBA, a título de reversão de contribuições, a partir da aprovação da PREVIC, em conformidade com o regulamento do plano.

Outros - previstos em nota técnica atuarial

Fundo DRAA 2004: R\$ - (R\$ 4.274 em 2014)

Com base no parecer atuarial datado de 21 de março de 2005, foi constituído com a finalidade de reforçar o fundo administrativo do Plano BD, dando cobertura às despesas administrativas.



Em dezembro de 2013 o Conselho Deliberativo determinou a transferência do saldo residual do fundo em 3 anos (2014 a 2016). Em cumprimento a deliberação do referido Conselho, a FAELBA efetuou em agosto e em dezembro de 2015 a transferência de R\$ 2.415 e R\$ 2.521, respectivamente, para aporte do fundo administrativo do plano BD, dando esgotamento total do fundo.

Fundo Benefício Temporário: R\$ 693

Fundo constituído pelos valores remanescentes a pagar dos benefícios temporários de exercícios anteriores e atualizado pela rentabilidade do plano BD.

a.2 Plano CD

Resíduo da reserva: R\$ 809 (R\$ 377 em 2014)

Constituído pela parcela da reserva formada pelas contribuições do patrocinador, não resgatáveis pelo participante no momento do seu desligamento.

Em setembro de 2006 foi transferido do fundo de resíduo de reserva do patrocinador Tracol Serviços Elétricos Ltda. o valor de R\$104 para compensação de parcelas vencidas e vincendas do patrocinador, conforme autorização do Conselho Deliberativo. O valor foi registrado em receitas futuras e corrigido pela rentabilidade do plano CD. Em dezembro 2015 o saldo residual para compensação era de R\$ 35 (R\$ 31 em 2014).

Fundo de risco: R\$ 4.349 (R\$ 4.345 em 2014)

Fundo constituído pelos patrocinadores para cobertura da parcela da reserva que seria constituída pelo participante no período compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte /invalidez) e a idade para aposentadoria.

b. Fundos Administrativos

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Este fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios previdenciários, bem como assegurar a cobertura do ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas comuns: rateadas na proporcionalidade de 30% para o plano BD e 70% para o plano CD; e
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou.



Em agosto e em dezembro de 2015 o fundo PGA BD recebeu aporte de R\$ 2.415 e R\$ 2.521, respectivamente, provenientes do fundo DRRRA 2004.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 35.403 (R\$ 28.364 em 2014) distribuídos da seguinte forma:

Fundo administrativo	2015	2014
Benefício definido	7.328	3.235
Contribuição definida	<u>28.075</u>	<u>25.129</u>
	35.403	28.364

c. Fundos dos Investimentos

O fundo dos investimentos é constituído pela taxa de risco cobrada na concessão do empréstimo, com o objetivo de assegurar a quitação do saldo devedor na eventualidade de seu falecimento. É atualizado monetariamente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

Por determinação do Conselho Deliberativo, em novembro de 2015 a Entidade procedeu a liquidação dos saldos de empréstimos pendentes dos participantes falecidos do Plano BD por insuficiência de saldo no fundo de risco. Foram revertidos da provisão para perda e liquidados 19 contratos perfazendo o total de R\$ 329.

O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.731 (R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2014) distribuídos da seguinte forma:

Fundo de investimento	2015	2014
Benefício definido	-	3
Contribuição definida	<u>1.731</u>	<u>1.482</u>
	1.731	1.485



15. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no plano de gestão administrativa”, no ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da reversão do fundo COELBA

Em março de 2016, a PREVIC aprovou a reversão dos valores do Fundo COELBA constituído pela contrapartida patronal referente a distribuição voluntária do Superávit no exercício de 2014, por meio do Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 8 de março de 2016. (Nota explicativa nº 14)

Augusto da Silva Reis
Diretor Superintendente
CPF Nº 175.733.005-49

Francisco Artur de Lima Moacyr
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF Nº 091.815.715-34

José Caetano Pugliese Guimarães
Diretor de Seguridade
CPF Nº 187.577.825-04

Joselia de Jesus Maia
Contadora - CRC - BA - 020719/0-6
CPF Nº 482.339.435-68



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXTRATO DA ATA DA 356ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FAELBA - FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - REALIZADA EM 29 DE MARÇO 2016

DATA, HORA E LOCAL: 29 de Março de 2016, às 14h30, na Sede da Faelba, na Cidade de Salvador – Bahia.

CONSELHEIROS PRESENTES: Ricardo José Barros Valente, Antônio Fernando Guedes de Brito Costa, Jeremias Xavier de Moura; Enecila Moraes Pinho da Silva, Milton Menezes Campos Filho, Sérgio Souto Maia Malbouisson de Melo.

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: 1.1) Demonstrações Financeiras 2015; 1.2) Demonstrações Atuariais – Plano BD e Plano CD;

1) DELIBERAÇÃO

1.1) Demonstrações Financeiras Exercício 2015 – O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2015, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado a metodologia de análise das Demonstrações Financeiras adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O documento apresentado fica anexo a esta ata.

Deliberação - O Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, conforme apresentadas ao Colegiado.

1.2) Demonstrações Atuariais – Plano BD e Plano CD - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Atuariais (DA's) do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da Faelba - patrocinado pela Coelba, CNPB nº 19.740.005-83, do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Coelba/Faelba, CNPB nº 19.980.036-47, e do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Tracol, CNPB nº 19.980.036-47, referentes ao exercício de 2015, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado sobre a metodologia de apreciação das Demonstrações Atuariais adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Os documentos ficam anexos a esta ata.

Deliberação - O Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Atuariais, conforme apresentadas ao Colegiado.

Ricardo José Barros Valente
Presidente do Conselho Deliberativo



PARECER DO CONSELHO FISCAL

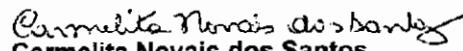
No exercício de suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 39, inciso II, do Estatuto Social da FAELBA – Fundação COELBA de Previdência Complementar, este Colegiado examinou os relatórios e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Analizamos as Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios previdenciários, emitidas em 29 de fevereiro de 2016 pela consultoria Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas por (i) Balanço Patrimonial Consolidado; (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada); (iii) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada); (iv) Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário; (v) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL; (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT por plano de benefício previdenciário; (vii) Notas Explicativas  s Demonstrações Financeiras consolidadas; e (viii) Parecer dos Auditores Independentes emitido em 21 de març o de 2016 pela KPMG Auditores Independentes.

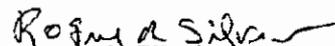
As Demonstrações acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos as posições Patrimonial e Financeira da FAELBA.

Recomendamos a aprovação das Demonstrações mencionadas, conforme estabelece o art. 20, inciso X, do Estatuto da Fundação.

Salvador, 21 de març o de 2016.


Carmelita Novais dos Santos
Presidente


Leônidas Henriques Filho


Rogério da Silveira



EXPEDIENTE

Conselho Deliberativo

Titulares

Ricardo José Barros Valente – Presidente;
Antonio Fernando Guedes de Brito Costa;
Enecila Moraes Pinho da Silva.
Jeremias Xavier de Moura;
Milton Menezes Campos Filho;
Sérgio Souto M. M. de Mello.

Suplentes

Antonio Carlos C. Ferreira;
Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis;
Dulce Maria Malaquias Santos da Silva;
Everaldo Ferreira Garcia.
José Antônio de Souza Brito;
Marcio Caires Vasconcelos.

Conselho Fiscal

Titulares

Carmelita Novais dos Santos - Presidente.
Leônidas Henriques Filho;
Roque da Silveira.

Suplentes

Graça Maria dos Santos Nogueira e Silva;
Luiz Mário de Jesus Filho;
Jorge Luiz Facury Ribeiro.

Diretoria Executiva

Augusto da Silva Reis
Diretor-Superintendente

Francisco Artur de Lima Moacyr
Diretor Adm.- Financeiro

José Caetano Pugliese Guimarães
Diretor de Segurança

Realização:

Assessoria de Comunicação da Faelba
(ASCOM)

Jornalista Responsável, Edição e Revisão:

Rosângela Rocha - MT/PE 1.411.

Diagramação: Verônica Reis

Abril/2016



Faelba